



Município da Marinha Grande

Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia 20/02/2018.

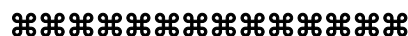
Mandato de 2017/2021
Ata nº 6

Aos vinte dias do mês de fevereiro de dois mil e dezoito, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência da Presidente, Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alexandre de Carvalho Caetano;
- Lara Marques Lino;
- Ana Isabel de Jesus Alves Monteiro;
- Célia Cristina Letra Faustino Guerra.

A Sr.^a Presidente abriu a reunião pelas 14:30 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objeto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se mencione expressamente a causa do impedimento.



PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenção dos membros do executivo

ORDEM DO DIA

EXECUTIVO

1. Proposta de alteração do Regimento Interno

CÂMARA

2. Aprovação da ata n.º 2, da reunião ordinária do dia 26 de janeiro de 2018
3. Aprovação da ata n.º 3, da reunião extraordinária do dia 31 de janeiro de 2018

FINANÇAS, CONTABILIDADE E PATRIMÓNIO

4. 3.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2018 – 1.ª Revisão
5. Resumo de Tesouraria do dia 14 de fevereiro de 2018

6. Autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais no termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro
7. Relatório de Auditoria Semestral - 1.º Semestre de 2017, nos termos da alínea d) do n.º 2 do art.º 77 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro

RECURSOS HUMANOS

8. 1.ª alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal da Marinha Grande para 2018.

TAXAS, PREÇOS E IMPOSTOS

9. Isenção do pagamento de taxas
10. Isenção de taxas de ingresso no Museu do Vidro – Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente – Ratificação de Despacho

FORNECIMENTO DE BENS E SERVIÇOS

11. Comunicação da celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços no mês de dezembro de 2017, nos termos do disposto no artigo 49.º, n.ºs 4 e 12, da Lei do Orçamento do Estado para o ano de 2017.
12. Autorização prévia genérica para a assunção de compromissos plurianuais atento preceituado no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, na sua redação atual – Informação dos compromissos plurianuais assumidos pela Câmara Municipal, ao abrigo da autorização prévia genérica, no período de 1 de setembro a 31 de dezembro de 2017

OBRAS PÚBLICAS

13. “Reabilitação do Estabelecimento de Restauração e de Bebidas no Jardim Luís de Camões - CP N.º 01/2017” – Suspensão Parcial dos Trabalhos.
14. “Rede de abastecimento em alta – S. Pedro de Moel – Estabilização de taludes – Concurso Público N.º 31/2017” – Aprovação do Plano de Segurança e Saúde para a execução da obra.
15. Empreitada de: Conservação e Reabilitação de diversos pavimentos nas Trutas - Concurso Público N.º 19/2016 – Trabalhos a menos – Ratificação de Despacho
16. Resolução de requerer a declaração de utilidade pública para expropriação de duas parcelas de terrenos - Execução da empreitada de requalificação da Rua do Repouso - 2ª fase - Proposta de aquisição por via de direito privado - Aceitação.
17. Requalificação e eficiência energética da Piscina Municipal de Vieira de Leiria – Concurso Público n.º 06/2018. Deliberação inicial.
18. Remodelação do Centro de Saúde da Marinha Grande – Concurso Público - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais no termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro
19. Requalificação/ampliação da Escola Básica da Moita. Prorrogação de prazo. Ratificação de despacho.

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO

- 20. Req.º nº 147/18, datado de 25/01/2018 - Proc.º n.º 524/17, datado de 23/11/2017 - Mário Carvalheiro da Cruz e Maria Cristina Guerra Luís da Cruz
- 21. Req.º nº 146/18, datado de 25/01/2018 - Proc.º n.º 488/17, datado de 31/10/2017 - ATT - Advanced Tool Technology, Lda
- 22. Req.º nº 2158/17, datado de 19/12/2017 - Proc.º n.º 560/17, datado de 18/12/2017 - INJECT FORM Empresa de Plásticos Lda.
- 23. Req.º nº 223/18, datado de 06/02/2018 - Proc.º n.º 429/17, datado de 22/09/2017 - Reinados e Predicados Lda.
- 24. Req.º nº 1887/17, datado de 03/11/2017 - Proc.º n.º 371/17, datado de 14/08/2017 - Cassilda Vieira de Sousa do Rosário
- 25. Req.º nº 192/18, datado de 02/02/2018 - Proc.º n.º 207/17, datado de 19/05/2017 - Carlos Manuel Henriques Cristóvão
- 26. Req.º nº 1407/17, datado de 08/08/2017 - Proc.º n.º 165/14, datado de 16/05/2014 - Adelino Bento da Fonseca
- 27. Req.º nº 188/18, datado de 01/02/2018 - Proc.º n.º 519/16, datado de 20/12/2016 - Manuel Maria Gregório
- 28. Req.º nº 168/18, datado de 30/01/2018 - Proc.º n.º 145/17, datado de 17/04/2017 - Júlio Manuel Gaspar Duarte Moleirinho
- 29. Req.º nº 139/18, datado de 24/01/2018 - Proc.º n.º 441/13, datado de 26/11/2013 - Vera Luci Mendes Vinagre Ferreira Artilheiro
- 30. Req.º nº 139/18, datado de 24/01/2018 - Proc.º n.º 441/13, datado de 26/11/2013 - Vera Luci Mendes Vinagre Ferreira Artilheiro
- 31. Req.º nº 176/18, datado de 31/01/2018 - Proc.º n.º 200/94, datado de 04/04/1994 - Ramiro Miranda Germano
- 32. Req.º nº 2181/17, datado de 21/12/2017 - Proc.º n.º 638/2017, datado de 21/12/2017 - Elisabete Botas Pedrosa
- 33. Req.º nº 219/18, datado de 06/02/2018 - Proc.º n.º 93/2018, datado de 06/02/2018 - Nelson Fernando Pedrosa Faustino

RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO MUNICÍPIO

- 34. Responsabilidade civil extracontratual do Município da Marinha Grande - Pedido de indemnização por danos materiais em veículo automóvel - Requerente: Ana Maria de Sousa Reis Mendes – Apreciação - Proposta de indeferimento – Audiência prévia
- 35. Pedido de indemnização por danos em peça de vestuário – Instalações sanitárias da Casa da Cultura - Mancha de lixívia - Requerente: Pedro José Ferreira Seiceira – Apreciação – Proposta de indeferimento – Audiência prévia.
- 36. Pedido de indemnização por danos causados em viatura automóvel – Requerente: Carlos Manuel Patrício Ribeiro – Buraco na faixa de rodagem – Responsabilidade civil – Deferimento.

AÇÃO SOCIAL

- 37. Correção e aprovação da listagem definitiva de candidatos admitidos no âmbito do procedimento concursal para atribuição de 19 fogos de habitação social
- 38. Revisão do valor da renda, sob o regime de arrendamento apoiado, de José Manuel Rodrigues, inquilino residente na Rua Júlio Braga Barros, Blc 5, 1º a, Casal de Malta, por motivo de alteração do rendimento do agregado familiar.
- 39. Análise classificação e proposta de admissão da candidatura da Associação Sindical União dos Reformados Pensionistas e Idosos: Almoço de Natal do reformado

- 40. Admissão de candidaturas a apoios a entidades de natureza social – Sport Operário Marinhense Palestra “Autismo rocks!”
- 41. Atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra - Sport Operário Marinhense Palestra “Autismo rocks!”

PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURA

- 42. Proposta de fixação de preços de bilhetes para espetáculos de março, abril e maio de 2018 na Casa da Cultura Teatro Stephens.
- 43. Doação do conjunto documental destinado a integrar o acervo do Arquivo Municipal da Marinha Grande
- 44. Admissão de candidaturas a apoios a entidades de natureza cultural – Sport Operário Marinhense - Apoio anual dança música e teatro
- 45. Admissão de candidaturas a apoios a entidades de natureza cultural – Sport Operário Marinhense - Apoio a infraestruturas
- 46. Análise, classificação e proposta de admissão de candidatura da Sociedade de Benificência e Recreio 1º de Janeiro para reabilitação de instalações
- 47. Admissão de candidatura para atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza cultural – Fábrica Igreja Paroquial da freguesia de Pataias – Capela da Moita

TEMPOS LIVRES E DESPORTO

- 48. Análise, classificação e proposta de admissão de candidaturas relativas a 2018 - Desporto - Clube de Atletismo da Marinha Grande - 13º Corta Mato Jovem Rota do Vidro
- 49. Análise, classificação e proposta de admissão de candidatura relativa a 2018 - Desporto - Clube de Atletismo da Marinha Grande - “6º Meeting Fernando Alves/3º Meeting Jovem”
- 50. Análise, classificação e proposta de admissão de candidaturas relativas a 2018 - Desporto - Clube de Atletismo da Marinha Grande - Convívio Atletismo 1º Ciclo
- 51. Análise, classificação e proposta de admissão de candidaturas relativas a 2018 - Desporto - Grupo Desportivo Casa Águia Competição - 11º Open/28º Concurso pesca desportiva
- 52. Análise, classificação e proposta de admissão de candidatura relativa a 2018 - Desporto - Grupo Desportivo Casa Águia Competição - Campeonato Mundial de pesca de mar
- 53. Análise, classificação e proposta de admissão de candidaturas relativas a 2018 - Desporto - Industrial Desportivo Viegrense - Corrida da praia
- 54. Exclusão da candidatura do Grupo Desportivo Casa Águia - Pesca de competição - Audiência prévia - Apreciação de alegações e proposta de exclusão definitiva
- 55. Retificação de deliberação nº 67 de 13 de novembro de 2017 relativa à atribuição de apoio financeiro ao 8º Grande Prémio de Atletismo “10kms da Amieirinha” promovido pelo Clube Recreativo Amieirinhense
- 56. Análise, classificação e proposta de admissão de candidatura do Industrial Desportivo Viegrense – Renovação da relva sintética no campo Nº 1 e criação de novos campos de futebol de 7, de 5 e “Bambis”

EDUCAÇÃO E JUVENTUDE

57. Protocolo de cedência de utilização da “Oficina da Música”

58. Protocolo de parceria para o funcionamento da Orquestra Juvenil e da Big Band da Marinha Grande



PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

1. Sr. João Encarnação Cruz, residente na Av.^a Vítor Gallo, n.º 9, 3.º O, Marinha Grande, que centrou a sua intervenção no não cumprimento, por parte da autarquia, das normas constantes no Código do Procedimento Administrativo, nomeadamente no fornecimento aos munícipes de todas as informações por estes solicitadas.

E exemplificou uma destas situações, referente a um pedido de certidão, que não foi emitida, tendo antes sido enviado o ofício 58/18, com parecer da DOT – Processo n.º 593/2017.

Terminou a intervenção solicitando à Sr.^a Presidente que mande revogar os efeitos constantes do mencionado ofício, por não terem sido observados os princípios e as normas jurídicas legais aplicáveis.

Foi entregue documento escrito contendo a intervenção na íntegra, que fica anexo à ata.

2. D. Anabela da Silva Martins, residente na Rua dos Oleiros, n.º 36-A, R/C Esq.º, Embra, Marinha Grande, que expôs os seguintes assuntos:

- perigo para os peões que utilizam a passadeira em frente ao Pingo Doce da Embra, porque os carros não param;
- queixa que apresentou sobre a vizinha do andar de cima, que tem um cão na varanda, e cujos dejetos vão para a sua varanda. Na sequência da referida queixa foi lá a veterinária, acompanhada de uma técnica de saúde pública, mas como a vizinha não estava o processo não teve continuação, o que não lhe parece normal.

3. Sr. Carlos Domingues Franco, residente na Rua dos Loureiros da Mata, n.º 14, Comeira, Marinha Grande, que fez a sua intervenção na qualidade de representante da ACAMG, para falar sobre as Marchas Populares.

Lembrou o conteúdo do ofício que enviaram no dia 01/02/2018 à Sr.^a Presidente, e onde solicitavam a realização de uma reunião para tratar das marchas/2018, que a ACAMG pretende trazer para a rua. As diversas coletividades têm urgência em saber a posição da CMMG.

No dia 16/02/2018 receberam uma resposta, enviada por e-mail pela Dr.^a Fátima Bentes, e que leu. Está indignado com esta resposta, em que se pede para apresentarem uma candidatura, porque não responde ao que foi pedido e não sabe quem deu as “indicações superiores” que são mencionadas. De seguida elencou o historial do evento ao longo dos seus 14 anos de existência.

Terminou a sua intervenção informando que no próximo dia 14 de abril a ACAMG vai promover um debate sobre o movimento associativo, para o qual convidou todo o executivo e solicitou resposta ao pedido do Auditório da Resinagem e à integração do evento nas comemorações do 25 de Abril.

4. Sr. João Carlos Romeira da Silva Costa de Almeida Lopes, residente na Rua das Andorinhas, n.º 22, Marinha Grande, que depois de cumprimentar todo o executivo, referiu que é uma pessoa preocupada com o meio ambiente, e ao tomar conhecimento que algumas associações de caça e pesca promoveram uma batida às raposas em diversos concelhos, e alguns desses lugares até bem próximos do nosso concelho, veio pedir o seguinte:

- 1.º - que a Sr.ª Presidente da Câmara tome uma posição pública sobre este assunto, embora ainda não haja notícia da realização no nosso concelho;
- 2.º - que se tomem providências junto dos caçadores e das suas associações, sensibilizando-as para não as fazerem.

Terminadas as intervenções, a **Sr.ª Presidente** deu a palavra aos **Senhores Vereadores**, para responderem às questões colocadas pelos munícipes relativas às suas áreas de atuação.

O Sr. Vereador Carlos Caetano informou o seguinte:

- Sr. João Cruz – o que colocou não é uma pergunta, mas sim um problema que sente e para o qual está alerta. O assunto que abordou não é seu, é de outra pessoa e é a ela que a Câmara deve responder. No entanto, e falando em termos genéricos parece-lhe que é necessário ajustar a interpretação do pedido à resposta a dar, e já esteve a analisar a situação com a DOT – Divisão de Ordenamento do Território. Entende a intervenção do Sr. Cruz mais como um alerta, que reconhece que terá que ser ajustado, pelo que agradeceu esse alerta.
- D. Anabela Martins – na última reunião de Câmara já tinha falado da intervenção que se está a pensar fazer nesse local, e que poderá passar por alterações ao trânsito e até da localização da passadeira, e voltar a colocar os semáforos. Não há espaço para rotundas, por isso têm que se arranjar soluções que protejam os peões e façam fluir o trânsito, e é isso que está a ser estudado.
Em relação à questão do cão, a **Sr.ª Presidente** informou que vai ver o que se passou com o processo, que segundo a munícipe ficou parado.

A Sr.ª Vereadora Célia Guerra informou o seguinte:

- Sr. Carlos Franco – informou que foi ela própria que deu instruções para os serviços enviarem o e-mail, e que o pedido da reunião está em aberto, podendo ser já agendada para a próxima semana.
Em relação ao pedido do auditório da Resinagem vai ver a disponibilidade e responderá já hoje ou amanhã.
Sobre as considerações tecidas relativamente à pessoa da **Sr.ª Presidente**, esta referiu que o Sr. Carlos Franco já sabe qual é a sua posição sobre as marchas.
Seguidamente elencou as várias diligências efetuadas nos últimos anos para que as marchas se realizassem e para que viessem para a rua.
- Sr. João Lopes – a **Sr.ª Presidente** disse que tomou nota das suas palavras, embora este assunto não esteja a decorrer no nosso concelho. Agradeceu, no entanto, a sua intervenção.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

A Sr.^a Presidente deu a palavra aos Srs. Vereadores que pediram para intervir.

A Sr.^a Vereadora Alexandra Dengucho cumprimentou todos os presentes bem como os que assistem em casa, e, tendo em conta que enviou a sua intervenção, passa-se a reproduzir o conteúdo da mesma:

“Análise às intervenções do público:

- Sr. João Cruz, tem razão no assunto que coloca. A Câmara não pode negar a emissão de certidões aos municípios.

- D. Anabela Martins – tem razão também. A questão da passadeira em frente ao Pingo Doce da Embra e do cruzamento propriamente dito, tem que ser alvo do adequado estudo e será, com certeza.

- Sr. Carlos Franco – intervenção enquanto Presidente da ACAMG, a merecer todo o respeito por parte da Autarquia, a colocar a questão das Marchas Populares. Na minha opinião deverá ser erigido em Evento de Interesse Municipal, e deverá ser a Câmara a tomar a dianteira da sua organização. Deverá ser a Câmara a chamar as Associações para reunirem e, em conjunto, organizar-se este evento que poderá transformar-se numa mais valia económica para o Concelho.

1. Parabenizar :

- a) Mais uma vez o nosso Clube de Atletismo trouxe medalhas para a Marinha Grande: ao João Gonçalves, ao João Teixeira, e André Rodrigues, parabéns pela conquista, em equipa, do 2º lugar no corta-mato distrital iniciados. É caso para dizer que estão a “iniciar” bem! Parabéns também ao João Gonçalves pelo 3º lugar conquistado, ao juvenil Tomás Palma pelo 1º lugar, e ao Dilan Simão pelo 2º lugar, todos eles participantes no respectivo campeonato distrital na Batalha. Aos nossos lançadores Maria Inês Domingos, Fabiana Domingos, e Leandro Carvalho, iguais parabéns, pela conquista do pódio nesta modalidade, em Leiria, no Campeonato Distrital de Lançamentos Longos.
- b) O Industrial Desportivo Vieiraense está também de parabéns por se ter sagrado campeão distrital de corta-mato em master’s no Bombarral, e vice-campeão em juvenis femininos. O atleta Pedro Januário foi vice-campeão distrital e o atleta Jorge Marcelino subiu ao 3º lugar do pódio;
- c) Joana Rocha, atleta do Judo Clube da Marinha Grande, deve merecer igualmente o nosso reconhecimento pela conquista da medalha de ouro na sua categoria (Judo -52 Kg), tendo ganho todos os combates! A atleta Marta Neto subiu ao 2º lugar do Pódio (na categoria -63 Kg), e a Lara Neves, a Mariana Lavos, o Pedro Teles, o Bernardo Roque e o Tiago Barreiros, conquistaram o 3º lugar nas respectivas categorias de peso.
- d) Na patinagem de velocidade, voltar a parabenizar os campeões nacionais Henrique Borda D’Água e Diana Mendes. Como sempre digo são medalhas também para a Marinha Grande que tem condições únicas para potenciar estes e outros atletas se houver uma verdadeira política desportiva para o Concelho que os apoie condignamente e ajude os seus clubes e associações a ter todas as condições para que pratiquem as respectivas modalidades com a dignidade que merecem.

*Nesse sentido volto a perguntar como está, por exemplo, a questão do transporte que poderia funcionar como uma grande ajuda para alguns clubes, à semelhança do que há largos anos já é feito na Junta de Freguesia da Marinha Grande e que os clubes muito agradecem. Mas não é só neste aspecto que temos que apoiar mais. Seria, quanto a mim, muito interessante que a Câmara promovesse um grande Fórum de discussão sobre o que queremos para o Desporto no Concelho, envolvendo tudo e todos nessa discussão. Sou uma apologista de uma gestão participada! Fazendo jus ao nosso lema “uma Câmara de portas abertas à população”! E tenho a certeza absoluta que dessa discussão nasceria a luz! Aqui fica a sugestão, cabendo-me a mim como vereadora ajudar na boa governança, cabe-me fazer propostas que considero úteis para o Município. Esta é uma delas!
Não posso terminar esta parte, da parabenização, sem cumprimentar também todos os dirigentes desportivos e associativos que gerem estes clubes e gerem as várias associações e que fazem das tripas coração para os manter vivos e em actividade.*

- 2. Congratular-me com a iniciativa da Comissão de Utentes do Centro de Saúde por mais um protesto e denúncia, pela legítima exigência de melhores condições no acesso à Saúde, quer em termos de médicos quer em termos de obras. Não pude estar por motivos profissionais, mas com certeza que me solidarizo com estas e todas as formas de luta por melhores condições de saúde.*
- 3. Na sequência da questão aqui trazida na última reunião pelos representantes do Condomínio do Atrium no que concerne à instalação das Conservatórias naquele Edifício, que também muito nos preocupa solicito que, ainda no decurso desta Reunião, me seja feito chegar todo processo atinente a este assunto, existente na Câmara, para o poder consultar;*
- 4. A questão das matilhas de cães na Mata, como está a ser resolvida? Alerto para o facto de me ter cruzado com vários cães junto ao Parque das Merendas e que, com o aproximar da Primavera e do Verão, estas matilhas têm tendência a deslocar-se para a malha urbana de S. Pedro de Moel designadamente muito próximo do Bambi, do Parque do Inatel e da Av. do Farol, constituindo um verdadeiro perigo para todos; Vi cães a atacarem dois turistas na Av. do Farol que caíram das bicicletas e de imediato abandonaram S. Pedro de Moel! Para o Turismo é um péssimo cartão de visita!*
- 5. Alerto também para o facto de no Parque do Bambi existirem muitas braças de árvores “penduradas” em risco permanente de queda! Deveriam ser cortadas pois qualquer dia alguma cai sobre alguém e pode magoar muito ou até matar. Se a responsabilidade é do ICNF, então deverá ser expedido ofício desta Câmara ao ICNF exigindo essa fiscalização e esse trabalho. A Câmara, tomando conhecimento deste facto através de um Município, não deve “chutar” para esse Município a responsabilidade de alertar o ICNF como, aparentemente, aconteceu recentemente com um Município que se deu a trabalho de cá vir, alertar para a situação e a resposta que levou foi que a Câmara não tem nada a ver com isso e se ele quiser vá apresentar essa queixa ao ICNF! Triste postura esta da Câmara que até faz com que os Municípios percam a vontade de cá vir! Se os funcionários não têm formação, deveriam tê-la. Quem está no atendimento ao público deve mostrar-se sempre solícito. Pergunto à Srª Presidente: qual o procedimento que está instituído, por exemplo, para a Portaria? Se um Município se dirige ao funcionário que lá está e coloca qualquer questão, quais são as instruções concretas, dadas pela Srª Presidente da Câmara, acerca do procedimento que o mesmo deve adoptar?*

6. *Volto a perguntar se na sequência da questão aqui trazida por mim quanto à captação de “Investimento Estrangeiro” através do protocolo que está a ser gizado pelo Governo de Portugal e que se destinará a alguns Municípios, teve mais algum desenvolvimento. Dou a conhecer que, perante a minha insistência, foi enviado um mail pelo Gabinete da Srª Presidente para a Secretaria de Estado respectiva que mereceu resposta desta. Depois eu enviei também um pedido de esclarecimento à Srª Secretária de Estado não tendo obtido qualquer resposta. Pergunto se a Srª Presidente a obteve?*
7. *Pavilhão Municipal onde treina o Voleibol do Operário: obras. Estão terminadas? Dizem-me que não tem condições, água lá dentro, humidade, etc....*
8. *Salários dos funcionários das AAFS – Lara Lino colocará mais em pormenor, mas há problemas com o pagamento de salários das AAFS;*
9. *Pinhal do Rei – Plano de corte (abertura das estradas não só na 5ª feira da Espiga e no Rallye, mas também nos outros dias); corte de estradas de S. Pedro para a Marinha e vice-versa, com um mero aviso no Facebook, não pode ser! Tem que se avisar as pessoas com mais antecedência e por forma mais visível. Problema de comunicação com as populações! Houve corte de árvores centenárias, a questão da limpeza das áreas não ardidadas está por resolver etc. Respostas do ICNF exigem-se! “*

A Sr.ª Vereadora Lara Lino cumprimentou todos os presentes, e tendo em conta que enviou a sua intervenção, passa-se a reproduzir o conteúdo da mesma:

“1. ACAMG - Agradecer a exposição do problema das marchas Populares por parte do Sr. Presidente da ACAMG. A ACAMG não é uma simples associação, trata-se da representação das associações do concelho que gostaria que fossem tratadas com mais respeito, prestam-nos um verdadeiro serviço público. Defendo as marchas populares desde o primeiro minuto e da sua realização na rua. Considero que as marchas fazem parte da nossa tradição, envolvem o comércio, o turismo e o lazer e deveriam ser potencializadas e agarradas pela Câmara Municipal. Não entendo como se trata assim a ACAMG, respondendo com um email, e não marcando de imediato uma reunião para em conjunto encontrar uma solução para a realização das Marchas Populares. Resta-me agradecer ao movimento associativo pelo seu empenho e apelar para que não desistam pois acredito que isto será alterado e teremos a cultura na Rua, para todos e com a dignidade que merece.

2. Gostaria de saudar mais uma vez a comissão de utentes em defesa pelo SAP 24 horas, pela iniciativa organizada na extensão de saúde de Vieira de Leiria onde estive presente, com mais de 2 dezenas de populares, também com a presença do Sr. Presidente de Junta de Vieira de Leiria, se manifestaram e inclusive aprovaram uma moção pelo direito a médico de família para toda a população, relembro que se encontram mais de 1700 utentes sem médico de família, reivindicam também a melhoria das instalações do centro de saúde. Pude constatar que grande maioria dos manifestantes são pessoas de idade com acrescida dificuldade de locomoção bem como dificuldades financeiras para procurarem outro local de tratamento.

Porque é um direito que é de todos quero expressar publicamente a minha solidariedade com os utentes da extensão de Vieira de Leiria bem como obviamente da Marinha Grande com a certeza de que a Câmara Municipal vai investir todos os esforços para solucionar de vez esta situação.

3. Por último gostaria de questionar sobre o problema das AAFS. Tanto quanto pude apurar as funcionárias ainda não receberam o mês de janeiro e estamos praticamente no fim de fevereiro. Relembro que foi combinado o pagamento ser efetuado até dia 8 de cada mês, embora o código

de trabalho (artigo 278º) refira que o pagamento deve ser feito até ao último dia do mês a que respeita a retribuição. Os pais já pagaram à Câmara Municipal os meses de janeiro, fevereiro e alguns inclusive o mês de março. Os pais pagam cerca de 53,01€ por mês para AAFS e refeições. As auxiliares que prestam este serviço não têm contrato de trabalho, estão a recibos verdes. Fui informada que a empresa contratada pela Câmara Municipal havia falido. Neste sentido questiono como vai a Câmara assegurar este serviço? Até quando temos o serviço assegurado? Quais as consequências para as auxiliares e obviamente para as crianças do concelho desta situação? “

A Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro cumprimentou todos os presentes e os que seguem esta reunião em casa, e tendo em conta que enviou a sua intervenção, passa-se a reproduzir o conteúdo da mesma:

“1. CARNAVAL

Congratular-nos pelo desfile de Carnaval das crianças dos JI e 1º ciclo, num empenhamento dos docentes, auxiliares e pais, bem como do envolvimento das colaboradoras da camara. A nota negativa foi de se terem esquecido de ir buscar as crianças do Jardim de Infância da Boavista.

2. Saúde

Levantámos novamente o problema do estado da saúde no concelho, fazendo-se referências aos habituais problemas, designadamente falta de médicos.

3. AAF + CAF

Abordei a problemática dos serviços das AAF e CAF, da má prestação da empresa, da situação lamentável do incumprimento do pagamento aos trabalhadores afetos a este trabalho. Mais dei nota de que considero que esta empresa não tem mais condições de prestar este serviço e deverá o Município estudar uma alternativa para o próximo ano letivo.”

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira cumprimentou todos os presentes na sala e os que estão em casa a ouvir e referiu o seguinte:

- Público – é sempre importante participarem e darem a sua opinião.
- Sr. Cruz – é uma situação premente e espera que se resolva.
- D. Anabela – é urgente que se resolva a situação, que é muito perigosa e para a qual já alertou.
- Sr. João Lopes – é para se resolver.
- Sr. Carlos – representa todas as associações do concelho. Está-se a 3 meses das marchas e teme que aconteça o mesmo do ano passado. Não pode haver este braço de ferro da Câmara com as associações. Deve-se dialogar.

Tendo em conta que o Sr. Vereador enviou a sua intervenção, passa-se a reproduzir o conteúdo da mesma:

1. *Durante o mandato anterior felicitei sempre os marinhenses que se destacaram a nível distrital, nacional ou internacional, com critérios que então defini. Fico satisfeito e agradecido que a vereadora Alexandra tenha seguido a minha decisão, e felicite marinhenses que se evidenciaram na área do desporto, como seja o atletismo, o judo, a patinagem de velocidade. Há no entanto que também fazer uma menção e felicitação ao Mestre vidreiro António Esteves, pela realização dos troféus entregues no Festival da Canção 2018. De realçar que a peça de cristal, para além da beleza, tem um grau de dificuldade elevadíssimo, que levou a Vista Alegre/Crisal em Alcobaça, a ter de recorrer ao*

Mestre António Esteves. É uma pena que estas peças não possam ser produzidas no nosso concelho.

2. *Solicitei numa reunião em Janeiro a lista dos processos de obras. Ao abrigo do nr. 5, Art 3º do Regimento, que a Sra. Presidente tanto gosta de invocar, devia ter recebido em 15 dias, como ainda não recebi, entrego um requerimento por escrito.*
3. *Solicitei o relatório das anomalias no Edifício da Resinagem, ainda não recebi.*
4. *Relatório Rua Aníbal Bettencourt, que o vereador Carlos Caetano nos enviou, refere um erro na origem da rotura, que gostaria fosse clarificado*
5. *Recebemos dum munícipe um mail, também enviado para a Camara, que questiona sobre o saneamento na Rua Mestre José da Silva Roque, em Picassinos.*

*Afirma que há moradores que fazem descargas de fossas na via pública. Mostra-se indignada dizendo: **“Por que razão é que do nº 7 desta rua para cima os moradores têm direito a saneamento e do nº 7 para baixo os restantes moradores não têm direito a saneamento?”***

Diz que enviou um mail em 19/12 e não recebeu qualquer resposta.

Qual a situação de saneamento nesta rua e por que motivo não respondem ao munícipe?

6. *Pavilhão 3 da PME / FAE*

A requalificação do pav. 3 do PME foi incluído num orçamento participativo que devia ter como limite 100.000€. A Camara já fez quatro adjudicações num valor próximo dos 200.000€, e continua a haver deficiências, dizem até que está pior, pois agora chove em cima do pavimento. A água da chuva escorre pelas paredes e num canto a telha está arrancada. As descargas de água para o exterior caem para a rampa de acesso, fazendo um rio por onde passam os utentes.

Proponho que se tome a decisão se este pavilhão é definitivamente destinado ao desporto e, nesse caso, se avalie profundamente o que é preciso, para resolver os problemas definitivamente.

7. *Campos de ténis estão prontos? Ficam com aquela rede verde a envolve-los?*

Relembro apenas a informação que o investimento foi de 200.000€, em dois contratos, com um prazo que devia estar pronto em Agosto. Quem entra e sai da Marinha Grande na direção sul, depara-se com uma rede a envolver um espaço. Afinal o que se passa?

8. *Poluição águas /Rio Lis*

Questões ambientais

- Qual a situação da ETAR da Ribeira dos Milagres. O que está a fazer a Sra Presidente e a CIMRL? Confirma-se a perda do dinheiro disponível para fazer a ETAR?

- Outra situação tem a ver com a espuma amarela acastanhada que no fim de semana passado estava nas nossas praias e que regularmente acontece. A Camara sabe a origem destas espumas amarelas? A Camara fez alguma análise a estas espumas para saber a sua origem? Se não existir informação concreta, gostaria de propor que fossem encomendadas análises laboratoriais à espumas amarelas que frequentemente dão à costa nas nossas praias, que coloca em causa a imagem turística da nossa região

9. *AAAF + CAF + Acompanhamento de refeições + dinamização de bibliotecas, para os três agrupamentos:*

A Câmara contrata 85.000 horas à empresa Know How, envolvendo dezenas de pessoas. No contrato está acordado a camara pagar a 60 dias após apresentação das faturas. A empresa comprometeu-se a pagar entre os dias 8 e 10, e hoje são 20, e as auxiliares ainda não receberam.

Esta questão deve ser analisada em três patamares:

a) Auxiliares

- são na generalidade mulheres, muitas também são mães, avós e bisavós, que se aplicam com todo o carinho e amor, da mesma forma que colocam nos seus descendentes.*
- Estão a trabalhar nestas condições porque gostam das crianças e, sobretudo, porque precisam de dinheiro, não têm outro emprego. Senão não estariam a ganhar metade do que ganha uma empregada de limpeza.*
- ganham € 2,60/hora. Se trabalharem o horário da função pública (35h) ganham 400,00€/mês, e como passam recibo verde, deste valor ainda têm de pagar à Segurança Social. É assustador pensar que este valor é 30% abaixo do salário mínimo nacional.*
- Além disso, a empresa contratante comprometeu-se a pagar até ao dia 10 de cada mês e hoje, dia 20, as auxiliares ainda não receberam.*
- Quando uma auxiliar telefona para a empresa, e eles atendem (dado que quando estão em incumprimento não atendem telefones), a resposta é que não pagam porque a Câmara ainda não lhes pagou.*
- Uma auxiliar argumentou que tem de se deslocar em carro próprio, mas como ainda não recebeu, não tem dinheiro para a gasolina, por isso não poderá ir trabalhar. A resposta da empresa foi que se não vai trabalhar, colocará outra no lugar desta.*
- A empresa não faz vínculos contratuais com estas auxiliares, são contratadas por telefone, sem qualquer processo de seleção e estão a recibo verde.*

b) Crianças e pais

- apesar de toda a bondade de muitas destas auxiliares, terão estas pessoas perfis adequados para este tipo de trabalho, com habilitações e competências ?*
- estarão os pais tranquilos ao deixarem os seus filhos entregues a estas pessoas. Direi que na generalidade sim. Mas a empresa e a Câmara desconhecem as aptidões destas auxiliares, ou até a sua proveniência.*
- Entroncando nos problemas que temos referido na CPCJ, vamos pensar nas crianças que são retiradas aos pais. Ora bem, as mães dessas crianças, que foram reconhecidas pela CPCJ incapazes de tratar os filhos, podem estar a trabalhar nas AAAF e CAF. Isto porque não há seleção nas pessoas que a empresa contrata.*

c) Câmara

- É um problema para as crianças e pais deste concelho, que se arrasta há vários anos, da inteira responsabilidade da presidente da câmara e da vereadora da educação, e recordo que a Presidente Cidália era a responsável pela educação no mandato anterior, ou seja, não poderá afirmar, como tem sido habitual, de que "isso era o passado".*
- É uma situação recorrente, que deixamos para decidir no último dia, como aconteceu na última adjudicação feita nos finais de agosto passado, numa reunião extraordinária, onde alertei para essa situação, conjuntamente com os vereadores Vítor Pereira e Carlos Logrado.*
- A câmara já contratou esta empresa por concurso público, p.e. em 2015 e correu mal.*
- A câmara sabe que a empresa presta um mau serviço, mas alega que é o resultado dos concursos públicos. No entanto, em Abril do ano passado, fez um ajuste direta a esta empresa.*
- Recentemente algumas auxiliares vieram aqui à Câmara, e foi-lhes dito que estaria tudo resolvido.*

Perante a continuidade deste problema, apesar do erro cometido pela câmara, se estamos a cumprir o contrato com a empresa, o que está à espera a Câmara de fazer, em relação ao modo como tratamos as nossas crianças entre os 3 e os 10 anos? “

O Sr. Vereador Carlos Caetano respondeu o seguinte, relativamente às questões referentes às suas áreas de atuação:

- Matilhas – está em contacto com uma empresa de Setúbal, especialista em captura, e aguarda uma proposta para verificar se se adequa ao nosso concelho. Descreveu o processo de captura e referiu que têm parcerias com associações e por isso podem ajudar a colocar os animais para adoção. Logo que chegue a proposta dará conhecimento.
- Obras no pavilhão n.º 3 do PME – as obras não estão concluídas, pelo que pediu que lhe façam chegar as questões concretas.
- Lista dos processos de obras – na altura pediu aos serviços da DOT, mas ainda não lhe chegou. Logo que tenha a informação será remetida.
- Relatório sobre a rotura – também verificou que identificam a origem no sítio errado, mas isso não influencia a conclusão a que se chegou acerca da intervenção a fazer, embora reconheça que deve ser corrigido.
- Rua Mestre José da Silva Roque – há um pedaço da rua que não tem saneamento. Não compreende porque não foi feito na altura, porque são só cerca de 300 metros, e é relativamente fácil de fazer. Respondeu à Sr.ª, contactou diretamente com ela, e por isso não é verdade que não tenha tido resposta.
- Campos de ténis – sabe que o projeto não está completamente concluído, não o conhece mas também não gosta de ver as redes.

Seguidamente informou o seguinte:

- Saída norte da Zona Industrial – foi chamado àquela saída “saída de emergência”, mas não é só para emergência, é uma saída que estará sempre aberta. Quer deixar este esclarecimento bem claro.
- Saneamento – há queixas de quem não tem saneamento nas zonas onde habita. A Câmara tem tido algumas dificuldades nos prazos para despejo de fossas, pelo que gostaria de ouvir a opinião de todos sobre a seguinte solução para o despejo enquanto não há saneamento: pediu um levantamento aos serviços para ser feito um calendário de limpezas e despejos em função daquilo que as pessoas habitualmente pedem, para que elas não tenham que estar sempre a pedir. Este trabalho está a ser iniciado, pelo que serão bem-vindas todas as opiniões.
O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** referiu que também se deveria arranjar uma solução para fiscalizar o carro que faz a limpeza das fossas.
O **Sr. Vereador Carlos Caetano** informou que essa questão já está sinalizada.
- Atendimento telefónico e presencial na DOT – o Sr. Vereador referiu que este atendimento é assegurado por 4 pessoas, de forma rotativa, porque fazem outras tarefas. Está a ver se consegue fazer o atendimento telefónico permanentemente, para isso está a pensar desviar a mera receção de documentos na DOT para o GAM, para poder libertar estas pessoas para outras tarefas, de modo a tornar mais célere o atendimento na DOT. Referiu ainda que há também um e-mail disponível para o atendimento: obras.particulares@cm-mgrande.pt

A Sr.ª Vereadora Célia Guerra respondeu o seguinte, relativamente às questões referentes às suas áreas de atuação:

- Forum sobre desporto – registou a proposta, é uma área de que gosta e vai levar a ideia para a frente.
- Regulamento – pensa que será melhor agendar uma reunião com todos para trabalharem em conjunto.
- AAF's e CAAF's – houve uma reunião aqui na Câmara, e até este mês o então acordado foi cumprido, pelo menos até à última sexta-feira. Quando soube da situação ligou para a empresa, disseram que tiveram algumas dificuldades financeiras. A fatura chegou à Câmara no dia 14, há 60 dias para pagar, mas pediu logo aos serviços financeiros para agilizarem a confirmação e pagamento da fatura, que acabou por ser paga na segunda-feira, tendo-se a empresa comprometido a pagar até quarta-feira. Explicou às colaboradoras esta situação, que não é da responsabilidade da Câmara. Neste momento faltam 4 meses para o final do contrato celebrado com a empresa, pelo que deixou a todos as seguintes perguntas: deixa-se cair o contrato? Qual é a solução?

A Sr.ª Presidente referiu o seguinte:

- Entende que esta questão colocada pela Sr.ª Vereadora é para ser debatida em conjunto. Esclareceu ainda que este problema se arrasta desde o anterior mandato. Há empresas que não prestam um bom serviço, mas as autarquias também têm as suas limitações. Recordou como ao longo dos anos se têm desenvolvido estas atividades extracurriculares, iniciadas com as coletividades, e que depois passaram para as empresas prestadoras de serviços. A situação agudizou-se em 2012, com os limites aos endividamentos. Tentou-se fazer com a intervenção dos Agrupamentos, não foi possível e teve que se avançar para esta solução. Está a ser analisado o cumprimento do contrato por parte da empresa, e foi nesse sentido que a Sr.ª Vereadora pôs a questão, que pretende debater com todos os Vereadores, por forma a arranjar outro modo de contratação e de prestação deste serviço, tendo em conta a alteração da Lei do Orçamento de Estado.
- ETAR – sabe que a CIMRL está à espera de informações, porque o processo da candidatura não está completamente fechado.
- Análises às águas – tomou nota.
- Saúde – esteve numa reunião na ARS Centro dia 14, para tratar de dois assuntos:
 - Resposta urgente sobre o projeto das obras do Centro de Saúde, que teve de ser revisto. Veio a resposta dia 16 e está aqui hoje. Foi reafetada uma verba de mais de 400 mil euros, o que faz com que a verba para o Centro de Saúde seja de cerca de 750 mil euros.
 - Médicos – disseram-lhe que está a decorrer um novo concurso para a contratação, que seria encerrado segunda-feira, e também estava a decorrer o concurso para o SAP e para Vieira de Leiria. Aguarda resposta. Os enfermeiros estão assegurados. Estão a ver se arranjam médico dentista. Também está a ser vista a questão das funcionárias administrativas. Parece-lhe que o assunto está a ser tratado.

A Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro questionou se a Sr.ª Presidente sabe quando vêm os médicos.

A Sr.ª Presidente disse que não sabe, uma vez que no anterior concurso estava previsto que viriam em fevereiro. Neste não sabe.

- Agradeceu as palavras da Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro sobre as comemorações do carnaval no concelho.
- Sobre as anomalias na Resinagem, apontadas pelo Sr. Vereador Aurélio Ferreira, informou que está a ser apreciado e quando tiver mais informações dará.

- Em resposta à Sr.^a Vereadora Ana Alves Monteiro, sobre o Centro 2020, disse que não sabe porque não estamos contemplados, mas vai ver.
- Em relação à apreciação feita sobre a sua “atitude irónica”, referiu que tem o maior respeito pelas associações, que muito preza e respeita desde sempre, e por isso aquilo que relatou foi o que se passou e os esforços que foram feitos para resolver todas as questões que iam surgindo.
- Abertura de estradas – teve uma reunião aqui, dia 6 de fevereiro, com o Presidente do ICNF, em que estiveram os representantes da Assembleia Municipal e também contou com a presença dos organizadores do Rally Vidreiro, o Clube Automóvel. Falou-se sobre o rally e a quinta-feira da Ascensão, e o Presidente do ICNF deu garantias de abrir as estradas para esses eventos. A Câmara não tem o plano de cortes, o que sabe é que no dia 16 de fevereiro iam ser abertas uma série de hastas públicas para corte de alguns lotes, e neste momento não sabe se houve madeireiros interessados. Estas são as informações que vai recebendo.
- Turismo Centro de Portugal – esteve numa ação dirigida aos empresários, no dia 7 de fevereiro, para a qual foi pedido o Edifício da Resinagem.
- Creche – a adjudicação foi aprovada na reunião do dia 9 de fevereiro, assim como também foram aprovadas as obras da Rua do Repouso e da saída da ZIMG.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira e as Sr.^{as} Vereadoras Alexandra Dengucho e Ana Alves Monteiro** pediram à Sr.^a Presidente que pressione o ICNF na abertura das estradas, uma vez que em algumas zonas não houve incêndio e por isso a questão da segurança não se põe, e para que procedam à limpeza das áreas não ardidas.

A Sr.^a Presidente prestou ainda as seguintes informações:

- Dia 16 de fevereiro – esteve presente na sessão de apresentação do projeto “O Pinhal é a Nossa Bandeira”;
- Dia 19 de fevereiro – esteve presente, como oradora, na conferência “Olhar além do fogo: a nossa floresta”, que se realizou na Universidade Nova de Lisboa, e onde lembrou as nossas necessidades;
- O Município da Lousada ofereceu pinheiros para plantação;
- Está em preparação a visita, no mês de abril, do Presidente de Fontenay-sous-Bois;
- Conservatória no edifício Atrium – por não haver respostas às questões colocadas pela Câmara, pediu uma reunião com a Secretária de Estado da Justiça;
- Tem agendada uma reunião com o Secretário de Estado do Ambiente, para falar sobre o estuarino e a piscina de S. Pedro;
- Tem também agendada uma reunião com o Presidente da CPCJ.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** pediu a palavra para dar conta da iniciativa do Rotary Clube da Marinha Grande, que contactou outros rotários, e que vão fazer uma ação dia 3 de março, de plantação de 5.000 pinheiros num talhão que já está a ser preparado.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

A **Sr.^a Presidente** deu por concluído o período de antes da ordem do dia, interrompendo a reunião das 16:35 horas às 17:15 horas, para intervalo.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

EXECUTIVO

1. Proposta de alteração do Regimento Interno

91 - Presente a seguinte proposta, apresentada pelos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro:

Nos termos da lei e da alínea b) e d) do n.º4 do art.º18.º do Regimento Interno da Câmara Municipal em vigor, solicita-se o agendamento do ponto abaixo indicado para a próxima reunião de Câmara:

- **Proposta de alteração do Regimento Interno**

Atendendo aos princípios de uma administração local moderna, à necessidade de aproximar os cidadãos à administração, ao facto das reuniões de Câmara serem públicas e do Regimento Interno em vigor ser omissivo, propomos que o Regimento Interno seja alterado, contendo o aditamento do ponto 8 ao artigo 4.º na redação seguinte:

“8 – As gravações realizadas nos termos do ponto 7 deste artigo deverão ficar disponíveis ao público no website do Município de Marinha Grande, incluído todas as que já decorreram no decurso do mandato 2017/21”.

Deste modo o artigo 4.º passa a ter a seguinte redação:

**“Artigo 4.º
Reuniões**

1. As reuniões da Câmara Municipal realizam-se no Salão Nobre, sito nos Paços do Concelho, podendo realizar-se noutros locais, quando assim for deliberado.
2. As reuniões podem ser ordinárias ou extraordinárias.
3. A Câmara Municipal tem uma reunião ordinária quinzenal, realizando-se às segundas-feiras, com início às 14:30horas.
4. Mediante deliberação do órgão executivo, pode definitivamente ser alterado o dia e a hora das reuniões ordinárias.
5. Quaisquer alterações ao dia e hora objeto da deliberação prevista no n.º 3 devem ser devidamente justificadas e comunicadas a todos os membros da Câmara Municipal com, pelo menos, três dias de antecedência e por protocolo, materializado na convocatória remetida por correio eletrónico.
6. A ilegalidade resultante da inobservância das disposições sobre convocação de reuniões só se considera sanada quando todos os membros da Câmara Municipal compareçam e não suscitem oposição à sua realização.
7. As reuniões da Câmara são objeto de gravação, áudio e vídeo e transmitidas em livestreaming.

8. As gravações realizadas nos termos do ponto 7 deste artigo deverão ficar disponíveis ao público no *website* do Município de Marinha Grande, incluindo todas as que já decorreram no decurso do mandato 2017/21.”.

Marinha Grande, 11 de fevereiro 2018

Os Vereadores
Aurélio Ferreira
Ana Alves Monteiro

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade, e em minuta, tendo a Sr.ª Presidente deixado salvaguardada a colocação da questão legal referente à proteção de dados.

CÂMARA

2. Aprovação da ata n.º 2, da reunião ordinária do dia 26 de janeiro de 2018

92 - Presente a ata n.º 2, da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 26 de janeiro de 2018, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

3. Aprovação da ata n.º 3, da reunião extraordinária do dia 31 de janeiro de 2018

93 - Presente a ata n.º 3, da reunião extraordinária da Câmara Municipal realizada no dia 31 de janeiro de 2018, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

FINANÇAS, CONTABILIDADE E PATRIMÓNIO

4. 3.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2018 – 1.ª Revisão

Em face das dúvidas colocadas pelos Srs. Vereadores, a **Sr.ª Presidente** solicitou a presença da Chefe da Divisão Financeira e de Tecnologias de Informação, **Dr.ª Sandra Paiva**, que prestou os esclarecimentos necessários à votação da seguinte proposta:

94 - Presente proposta da 3ª Modificação, 1ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018, acompanhada de mapa justificativo, constituída pelas seguintes alterações:

1ª Revisão ao Orçamento da Despesa para 2018, no valor de 484.775,04 euros nos reforços e 484.775,04 euros nas anulações;

1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos para 2018, no valor de 181.020,00 euros nos reforços e 181.020,00 euros nas anulações;

1ª Revisão ao Plano de Atividades Municipais para 2018, no valor de 11.006,15 euros nos reforços e 243.591,19 euros nas anulações.

Considerando que a proposta apresentada cumpre o disposto no n.º 3 do art. 44.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, no que respeita aos limites consagrados para o ano de 2019.

Atentos os elementos apresentados e no cumprimento do disposto no ponto 8.3 do POCAL, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua redação atual, e na alínea c) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, **a Câmara Municipal, depois de analisar a proposta, delibera submeter à aprovação da Assembleia Municipal a 3ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2018, constituída pela 1.ª Revisão ao Orçamento da Despesa, 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e 1ª Revisão ao Plano de Atividades Municipais, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual.**

A deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

5. Resumo de Tesouraria

Presente o resumo da Tesouraria Municipal referente ao dia catorze de fevereiro de dois mil e dezoito, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **13.324.433,28 €** (treze milhões, trezentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e trinta e três euros e vinte e oito cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

6. Autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais no termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro

95 - Presente informação n.º DP1/2018 de 05.02.2018 da DFTI relativa ao assunto identificado em epígrafe.

Considerando que os referidos processos foram objeto de cabimento e compromisso em 2018 por conta das dotações disponíveis nos Documentos Previsionais de 2018, e que possuem o devido enquadramento nos fundos disponíveis apurados.

Considerando o exposto e os motivos invocados em cada caso, a Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais em 2018 atentos os processos identificados na

informação n.º DP1/2018 de 05.02.2018, nos quadros n.º 2 a 5, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, com efeitos a 31.12.2017.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

7. Relatório de Auditoria Semestral - 1.º Semestre de 2017, nos termos da alínea d) do n.º 2 do art.º 77 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro

96 - Presente Relatório de Auditoria Semestral elaborado pelo Auditor Externo do Município da Marinha Grande, relativo ao primeiro semestre de 2017, para cumprimento do preceituado na alínea d) do n.º 2 do art.º 77 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e que respeita a informação sobre a situação económica e financeira da autarquia no período.

A Câmara Municipal, após análise do mesmo, delibera tomar conhecimento do seu teor e submetê-lo à apreciação da Assembleia Municipal para cumprimento da alínea d) do n.º 2 do art.º 77 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

RECURSOS HUMANOS

8. 1.ª alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal da Marinha Grande para 2018.

A **Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro** pediu para consultar todo o processo e que o mesmo lhe seja enviado.

Em face das questões colocadas pela Sr.ª Vereadora, a **Sr.ª Presidente** solicitou a presença na reunião da Chefe da Divisão de Administração e Modernização, **Dr.ª Lina Frazão**, que prestou os esclarecimentos necessários à votação da seguinte proposta:

97 - O mapa de pessoal, enquanto ferramenta de gestão dos recursos humanos, é um instrumento que contém a indicação do número de postos de trabalho de que o órgão ou serviço carece para desenvolvimento das respetivas atividades.

De acordo com o artigo 29.º, n.º 2, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, os postos de trabalho são caracterizados em função:

- a) Da atribuição, competência ou atividade que o seu ocupante se destina a cumprir ou a executar;
- b) Do cargo ou da carreira e categoria que lhes correspondam;
- c) Dentro de cada carreira e, ou, categoria, quando imprescindível, da área de formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular;
- d) Do perfil de competências transversais da respetiva carreira ou categoria complementado com as competências associadas à especificidade do posto de trabalho.

Nos termos do artigo 3.º, n.º 2 alínea a) do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua redação atual, nos municípios os mapas de pessoal são aprovados, mantidos ou alterados pela Assembleia Municipal.

Aquando da apresentação da proposta de mapa de pessoal para o corrente ano, aprovado em sessão da Assembleia Municipal de 29 de dezembro de 2017, foram previstos 254 postos ocupados e 9 a criar, dos quais 4 respeitam ao procedimento concursal para a área da educação em curso, e os restantes a mobilidades externas.

Todavia, nessa mesma data (29 de dezembro), foi publicada a Lei n.º 112/2017, que estabelece os termos da regularização prevista no programa de regularização extraordinária dos vínculos precários de pessoas que exerçam ou tenham exercido funções que correspondam a necessidades permanentes das autarquias locais, sem vínculo jurídico adequado, a que se referem o artigo 25.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e a Resolução do Conselho de Ministros n.º 32/2017, de 28 de fevereiro.

Em reunião extraordinária do órgão executivo de 31 de janeiro de 2018, foram reconhecidas as situações que enquadram no programa de regularização, isto é, que se destinam a satisfazer necessidades permanentes do serviço:

- 3 postos de trabalho, na categoria de assistente técnico, para os museus;
- 33 postos de trabalho, na categoria de assistente operacional, para a educação;
- 7 postos de trabalho, na categoria de assistente operacional, para as instalações desportivas;
- 2 postos de trabalho, na categoria de assistente operacional, para a cultura;
- 5 postos de trabalho, na categoria de assistente operacional, para os serviços urbanos.

Foi ainda deliberada a instrução dos procedimentos necessários à alteração ao mapa de pessoal e revisão ao orçamento, a serem presentes à sessão ordinária da Assembleia Municipal, a realizar no mês de fevereiro.

A este propósito, importa chamar à colação o artigo 6.º, n.º 2 da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, que dispõe que nas autarquias locais e para efeitos de abertura de procedimentos concursais para regularização extraordinária, os respetivos mapas de pessoal, caso os postos de trabalho correspondentes a atividades de natureza permanente não ocupados sejam em número insuficiente, são aumentados em número estritamente necessário para corresponder às necessidades permanentes reconhecidas pelo órgão executivo, mediante decisão do órgão deliberativo sob proposta daquele.

Assim, fazendo uso desta prerrogativa, considerando as necessidades permanentes reconhecidas, e tendo presente a informação técnica dos Recursos Humanos (I/453/2018, de 20/02), que se anexa, os postos de trabalho que se passam a identificar são aumentados em número estritamente necessário à regularização:

- **Posto de trabalho n.º 67** – categoria de assistente operacional – 27 lugares ocupados e 4 a criar (procedimento concursal em curso), passa a prever **37 lugares a criar, dos quais 33 mediante recurso ao programa de regularização extraordinária de vínculos;**
- **Posto de trabalho n.º 70** – categoria de assistente operacional – 8 lugares ocupados, passa também a prever **7 lugares a criar mediante recurso ao programa de regularização extraordinária de vínculos;**
- **Posto de trabalho n.º 83** – categoria de assistente técnico – 1 lugar ocupado, passa também a prever **3 lugares a criar mediante recurso ao programa de regularização extraordinária de vínculos;**
- **Posto de trabalho n.º 90** – categoria de assistente operacional – 1 lugar ocupado, passa também a prever **2 lugares a criar mediante recurso ao programa de regularização extraordinária de vínculos;**

- **Posto de trabalho n.º 109** – categoria de assistente operacional – 19 lugares ocupados, passa também a prever **5 lugares a criar mediante recurso ao programa de regularização extraordinária de vínculos.**

Pelo exposto, a Câmara Municipal delibera, ao abrigo do artigo 6.º, n.º 2 da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, e artigos 33.º, n.º 1 alínea ccc) e 25.º, n.º 1 alínea o), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter à Assembleia Municipal a 1.ª alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal da Marinha Grande para 2018, em anexo (anexo 1).

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade e aprovada em minuta.

TAXAS, PREÇOS E IMPOSTOS

9. Isenção do pagamento de taxas

98 - A Sociedade Instrutiva e Recreativa 1º de Dezembro, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para a realização do Baile alusivo ao Dia da Mulher no dia 08 de março de 2018.

A Associação de Promoção Social, Jardim dos Pequenininos, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Autorização de Espaço Público para a realização da “Clínica da Bonecada” no dia 28 de abril de 2018.

A Fábrica da Igreja da Marinha Grande – Capela de Albergaria, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para Jantar Dançante - Convívio do dia da Mulher a realizar no dia 08 de março de 2018;

- Licença de Publicidade.

Presentes as informações nº 6/LS de 07 de fevereiro de 2018 e as informações nº 7/LS e 8/LS de 14 de fevereiro de 2018, fundamentadas de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea a) e b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as Juntas de Freguesia, as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea a) e b) do nº 3 e nº 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente às atividades identificadas, isentar a Sociedade Instrutiva e Recreativa 1º de Dezembro, a Associação de Promoção Social, Jardim dos Pequenininos e a Fábrica da Igreja da Marinha Grande – Capela de Albergaria, do pagamento das taxas devidas pela emissão da licença de ruído, autorização de espaço público e licença de publicidade.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

10. Isenção de taxas de ingresso no Museu do Vidro – Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente – Ratificação de Despacho

99 - Presente pedido de isenção de taxas de ingresso no Museu do Vidro remetido pelo Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente, datado de 01 de fevereiro de 2018, com o registo n.º E/1285/2018. A visita será realizada grupos de alunos de História e Geografia de Portugal da Escola Básica 2/3 Guilherme Stephens, no total de 183 alunos e professores acompanhantes, e encontram-se agendadas para os dias 15, 16, 20 e 22 de fevereiro de 2018.

Considerando que:

- A alínea a), do n.º 3, do artigo 14.º, do regulamento e tabela de taxas e licenças do Município da Marinha Grande define que ficam isentos do pagamento de taxas previstas no regulamento e respetiva tabela os agrupamentos de escolas com sede no concelho da Marinha Grande, relativamente aos atos, factos ou atividades que se destinem diretamente à prossecução dos seus fins estatutários.

Define ainda a alínea a), do n.º 5, que as isenções previstas no artigo 14.º carecem de formalização de pedido fundamentado e acompanhado, designadamente de fotocópia simples de documento comprovativo da natureza jurídica das entidades e da sua finalidade estatutária.

- Em anexo encontra-se o comprovativo de atividade da Autoridade Tributária e Aduaneira no qual se verifica que o Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente está inscrito segundo o CAE 85310 - ENSINOS BÁSICO (3º CICLO) que *compreende as atividades do ensino básico do 3º Ciclo (correspondente à escolarização obrigatória) e do ensino secundário (cursos científico-humanístico), orientadas na preparação dos alunos para o acesso ao ensino superior ou aos ensinos secundário tecnológico, artístico e profissional. Trata-se de um ensino sem preocupação de especialização, com influência na orientação futura dos alunos.*

- O agrupamento tem sede no concelho.

- Com o documento em anexo está comprovada a natureza jurídica e a finalidade do Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente.

- Considerando ainda que a Sra. Presidente, ao abrigo do artigo 35.º, n.º 3, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, em conjugação com alínea a), do n.º 3, do artigo 14.º, do regulamento e tabela de taxas e licenças do Município da Marinha Grande, autorizou o pedido nos termos propostos, uma vez que:

- Não foi possível reunir extraordinariamente a Câmara Municipal por impossibilidade temporal e logística;

- A isenção estava prevista na alínea a), do n.º 3 do artigo 14.º, do regulamento e tabela de taxas e licenças do Município da Marinha Grande;

- O requerente formalizou o pedido com documento que comprova a sua natureza jurídica e finalidade, tal como definido na alínea a), do n.º 5, do regulamento e tabela de taxas e licenças do Município da Marinha Grande;

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ratificar o despacho n.º 17/2016 do Sr. Presidente que isenta o Agrupamento de Escolas da Marinha Grande Poente do pagamento de taxas de ingresso no Museu do Vidro nos dias 15, 16, 20 e 22 de fevereiro de 2018, para um total de cerca de cento e oitenta e três alunos e professores

acompanhantes, da Escola Básica 2/3 Guilherme Stephens, conforme previsto no citado artigo 35.º, n.º 3, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

FORNECIMENTO DE BENS E SERVIÇOS

11. Comunicação da celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços no mês de dezembro de 2017, nos termos do disposto no artigo 49.º, n.ºs 4 e 12, da Lei do Orçamento do Estado para o ano de 2017.

Considerando que nos termos do artigo 49.º, n.º 4, da Lei n.º 42/2016 de 28 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para o ano de 2017, é preceituado que “...*A celebração ou renovação de contrato de aquisição de serviços é obrigatoriamente comunicada, no prazo de 30 dias contados da assinatura do contrato, ao membro do Governo responsável pela área das finanças, em termos a fixar por portaria deste...*” e que nos termos do n.º 12 da mesma disposição legal é referido que “...*Nas autarquias locais e nas entidades do setor empresarial local, a comunicação prevista no n.º 4 é feita ao órgão executivo...*”;

Remete-se em anexo a lista dos contratos de prestação de serviços celebrados no mês de dezembro de 2017.

A Câmara Municipal, em cumprimento do preceituado nos n.ºs 4 e 12 do artigo 49.º da LOE de 2017, tomou conhecimento da relação dos contratos de prestação de serviços celebrados no mês de dezembro de 2017.

Sobre a listagem distribuída relativa aos contratos celebrados, o **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** referiu que lhe parece que alguns ajustes diretos poderiam ter sido feitos por concurso público. Não é contra os ajustes diretos, mas entende que sempre que possível, se deve fazer concurso público.

Pediu, novamente, uma vez que já o havia feito anteriormente, que da próxima vez que este assunto esteja presente, venha a lista completa de todas as aquisições, e não só os serviços.

12. Autorização prévia genérica para a assunção de compromissos plurianuais atento preceituado no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, na sua redação atual – Informação dos compromissos plurianuais assumidos pela Câmara Municipal, ao abrigo da autorização prévia genérica, no período de 1 de setembro a 31 de dezembro de 2017

100 - Considerando que a Câmara Municipal em reunião de 22/12/2016, deliberou, de acordo com o artigo 32º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, para os efeitos do artigo 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua redação atual e do artigo 24º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais propor à Assembleia Municipal:

A) A emissão de autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos:

1. À reprogramação da execução física e financeira de contratos administrativos já celebrados, desde que a alteração do plano de trabalhos tenha sido aprovado pelo órgão competente, independentemente do valor;
2. Aos encargos decorrentes da adjudicação de contratos administrativos de empreitada de obras públicas, de aquisição de bens e de aquisição de serviços, até ao limite do valor que determina a sujeição desses contratos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas;
3. À aprovação de revisão de preços ou atualização de contratos já celebrados, desde que resultante de disposições legais e/ou de previsões previamente incluídas no próprio contrato;
4. À atribuição de benefícios públicos, desde que decorram da aplicação do Regulamento de incentivo à natalidade e apoio à família no concelho da Marinha Grande;

B) Em qualquer dos casos previstos na alínea A), deve estar previamente assegurada a inclusão das verbas respetivas nas Grandes Opções do Plano nos anos em referência.

C) Em qualquer dos casos previstos na alínea A), deve estar assegurado o cumprimento de todas as disposições legais em matéria de realização de despesas públicas, designadamente em matéria de conformidade com as exigências decorrentes da existência de fundos disponíveis para o efeito.

D) Todas as situações abrangidas pela presente autorização genérica devem ser remetidas para conhecimento da Assembleia Municipal.

E) O disposto nas alíneas anteriores vigora no ano económico de 2017.

Considerando que, na sessão ordinária de 29/12/2016, a Assembleia Municipal da Marinha Grande deliberou, por unanimidade, nos termos do artº 12º do Decreto-lei 127/2012, de 21 de junho, na sua redação atual e do artigo 24º do RJAL - Regime Jurídico das Autarquias Locais, conceder autorização genérica prévia para assunção de compromissos plurianuais para o ano económico de 2017.

Presente informação CS/003/2018 de 07/02/2018, e documentos anexos, referente aos compromissos plurianuais assumidos pela Câmara Municipal da Marinha Grande no período de 1 de Setembro a 31 de Dezembro de 2017, que possuem contrato escrito assinado, quando aplicável, no mesmo período, e que foram objeto de autorização prévia genérica pela Assembleia Municipal, na sua sessão de 29/12/2016.

Atenta a informação prestada a Câmara Municipal delibera tomar conhecimento do seu teor e remeter a mesma à Assembleia Municipal, conforme preceituado no ponto D) da deliberação de autorização genérica prévia concedida por este órgão deliberativo na sua sessão de 29/12/2016.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

OBRAS PÚBLICAS

13. “Reabilitação do Estabelecimento de Restauração e de Bebidas no Jardim Luís de Camões - CP N.º 01/2017” – Suspensão Parcial dos Trabalhos.

101 - Presente informação da DISU, com a ref.ª JJ.02.2018, propondo a aprovação da suspensão parcial dos trabalhos da empreitada identificada em epígrafe.

Assim, apreciada a informação com a ref.ª JJ.02.2018, que fica anexa (**Anexo 3**) e aqui se dá por reproduzida, a **Câmara delibera suspender parcialmente os trabalhos da empreitada de “REABILITAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE RESTAURAÇÃO E DE BEBIDAS NO JARDIM LUÍS DE CAMÕES”, adjudicada à firma SUZIFIL, L.DA, nos termos do disposto nos artigos 297º, alínea a), do Código dos Contratos Públicos (CCP), designadamente por “impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, devido à ausência de elementos de natureza técnica a fornecer pelo contraente público”, por um período de 75 dias, com efeitos a partir de 27 novembro de 2017.**

A deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

14. “Rede de abastecimento em alta – S. Pedro de Moel – Estabilização de taludes – Concurso Público N.º 31/2017” – Aprovação do Plano de Segurança e Saúde para a execução da obra.

A Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro questionou o facto de na 1.ª página da checklist não estar assinalado o ponto de situação.

O Sr. Vereador Carlos Caetano disse que vai pedir para corrigir.

A Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro disse que vai votar nessa condição.

102 - Presente Plano de Segurança e Saúde apresentado pela firma “DESARFATE, L.DA” para a execução da obra em epígrafe.

Assim, apreciado o pedido e tendo em conta que o Plano de Segurança e Saúde ora apresentado obedece na generalidade à estrutura estipulada no ponto 2. do art. 11º do Decreto - Lei N.º 273/03, de 29 de outubro, a Câmara Municipal delibera aprovar o Plano de Segurança e Saúde para a execução da empreitada designada por “REDE DE ABASTECIMENTO EM ALTA – S. PEDRO DE MOEL – ESTABILIZAÇÃO DE TALUDES”, ao abrigo do disposto n.º 1 do art. 12º do Decreto – Lei N.º 273/03, de 29 de outubro.

Mais delibera designar como Coordenador de Segurança o técnico Pedro Gomes, de acordo com o artigo 9º n.º 2 do Decreto – N.º Lei 273/03, de 29 de outubro.

A deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

15. Empreitada de: Conservação e Reabilitação de diversos pavimentos nas Trutas - Concurso Público N.º 19/2016 – Trabalhos a menos – Ratificação de Despacho

A Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro questionou o porquê de só agora estar a ser aprovada a ratificação do Despacho, que é de 19/12/2017.

O **Sr. Vereador Carlos Caetano** disse que neste momento não tem resposta, mas assegurou que não há qualquer problema na obra.

103 - Presente informação com referência smv/19/2017, que se dá por integralmente reproduzida, sobre a qual recaiu o seguinte despacho, do Sr.º Vice-Presidente da Câmara:

“Concordo. Aprovo os trabalhos a menos, no valor de 19.258,67€ (dezanove mil, duzentos e cinquenta e oito euros e sessenta e sete cêntimos, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor, da empreitada «Conservação e reabilitação de pavimentos nas Trutas», adjudicada à firma «Construções Pragosa, SA», ao abrigo do artigo 379.º do Código dos Contratos Públicos”.

Considerando que o órgão competente para aprovar os trabalhos a menos é a Câmara Municipal, deve o despacho ser ratificado, nos termos do artigo 164.º, n.ºs 3 e 5, do Código do Procedimento Administrativo.

Assim, a Câmara Municipal delibera ratificar o despacho que recaiu na informação com referência smv/19/2017, de acordo com o artigo 164.º, n.ºs 3 e 5, do Código do Procedimento Administrativo, no exercício da competência prevista no artigo 33.º, n.º 1. alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº. 75/2013, de 12 de Setembro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

16. Resolução de requerer a declaração de utilidade pública para expropriação de duas parcelas de terrenos - Execução da empreitada de requalificação da Rua do Repouso - 2ª fase - Proposta de aquisição por via de direito privado - Aceitação.

104 - Presente deliberação camarária tomada em reunião de 27-12-2017, que aprovou a resolução requerer a declaração de utilidade pública para expropriação de duas parcelas de terreno com vista à execução da empreitada de requalificação da Rua do Repouso - 2ª fase e de apresentação aos proprietários, de proposta de aquisição por via de direito privado, pelo valor determinado no relatório elaborado por perito da lista oficial, de 536,54€, a parcela 24 A e de 904,02€ a parcela 24 B, num total de 1.440,56€.

Presentes as respetivas notificações da deliberação, enviadas aos proprietários dos dois prédios, Carlos Manuel Duarte Roldão e Pedro José Duarte Roldão, em 15-01-2018 e recebidas em 18-01-2018 e 19-01-2018, respetivamente.

Presente carta apresentada, tempestivamente, em 07-02-2018 e subscrita por ambos os proprietários dos prédios, com registo de entrada E/1464/2018, na qual declaram concordar com aquela deliberação e declaram aceitar a proposta de aquisição por via de direito privado, nos termos em que foi efetuada pela Câmara Municipal, e na qual declaram ainda que prescindem do ressarcimento dos valores correspondentes às benfeitorias que as parcelas de terreno em causa possuem - pinheiros e eucaliptos - as quais serão retiradas pelos próprios.

A Câmara Municipal apreciou e nos termos do previsto no n.º 7 do art.º 11.º do Código das Expropriações e ao abrigo da competência conferida pela alínea g) do n.º 1 do art.º 33.º, da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação mais recente, delibera adquirir por via de direito privado, a parcela de terreno com 269,60 m2, a desanexar do prédio omissa na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande e com inscrição matricial rústica sob

o artigo 10.944, sito na Rua do Repouso, freguesia da Marinha Grande, a favor do Cabeça de Casal da herança de Afonso Manuel Roldão, de quem são herdeiros Carlos Manuel Duarte Roldão e Pedro José Duarte Roldão (parcela 24 A), e a parcela de terreno com 358,50 m², a desanexar do prédio omissso na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande e com inscrição matricial rústica sob o artigo 10.943, sito na Rua do Repouso, freguesia da Marinha Grande, a favor do Cabeça de Casal da herança de Afonso Manuel Roldão, de quem são herdeiros Carlos Manuel Duarte Roldão e Pedro José Duarte Roldão (parcela 24 B), devidamente identificadas no Relatório de Avaliação elaborado por perito da lista oficial, que aqui se dá para todos os legais efeitos, por integralmente reproduzido, ambas destinadas à execução da empreitada de requalificação da Rua do Repouso - 2ª Fase, que passam a integrar o domínio público municipal, pelo preço, respetivamente, de 408,89€ (quatrocentos e oito euros e oitenta e nove cêntimos) e de 543,73€ (quinhentos e quarenta e três euros e setenta e três cêntimos), no valor total de 952,62€ (novecentos e cinquenta e dois euros e sessenta e dois cêntimos), que resulta da exclusão dos valores das benfeitorias, nos termos do já mencionado Relatório de Avaliação.

Mais delibera determinar aos competentes serviços da DFTI-Divisão Financeira e Tecnologias de Informação, a execução dos procedimentos legais necessários à formalização desta aquisição.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

17. Requalificação e eficiência energética da Piscina Municipal de Vieira de Leiria – Concurso Público n.º 06/2018. Deliberação inicial.

105 - Presente informação com a ref.^a MF-08-2018 e projeto de execução, composto por peças desenhadas e peças escritas, nomeadamente projeto de execução, memória descritiva e justificativa, caderno de encargos (cláusulas técnicas e cláusulas gerais), programa de procedimento, plano de segurança e saúde, mapa de quantidades e orçamento, plano de gestão de resíduos referentes à obra em epígrafe.

O preço base do concurso é de 345.012,37€ (trezentos e quarenta e cinco mil, doze euros e trinta e sete cêntimos) e o prazo de execução é de 120 dias.

A Câmara Municipal, nos termos conjugados dos artigos 16.º, n.º 1, alínea c), 19.º, alínea b), 36.º, n.º 1, 38.º, 40.º, n.º 2 e 67.º, n.º 1, todos do Código dos Contratos Públicos, em conjugação com o artigo 18.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho e com o artigo 33.º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera:

- a) tomar a decisão de contratar, com vista à satisfação das necessidades identificadas;
- b) escolher o procedimento de concurso público, em função do valor estimado do contrato, de acordo com o orçamento que integra o projeto de execução;
- c) autorizar a realização da despesa subjacente ao contrato;
- d) aprovar as peças do procedimento (programa do procedimento, caderno de encargos, projeto de execução e minuta do anúncio), que passam a integrar o processo administrativo;
- e) designar o júri que conduzirá o procedimento, com a seguinte composição: Miguel Figueiredo (Presidente), Mauro Oliveira (Vogal), Cristina Silva (Secretária) e como suplentes Rui Vicente e Isabel Alves.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

18. Remodelação do Centro de Saúde da Marinha Grande – Concurso Público - Pedido de autorização prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro

Presente a seguinte proposta:

“Nos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;*
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.*

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que se pretende proceder à abertura de procedimento de concurso público para “Remodelação do Centro de Saúde da Marinha Grande”, com um valor global de encargos previsto para o ano de 2019 de cerca de 1.037.410 euros, IVA incluído, com um prazo de execução de 12 meses.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao procedimento que se pretende iniciar.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, adiante designada por LCPA, determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a despesa a incorrer é suportada por dotação na classificação orgânica/económica 07/07010307 e ação do Plano Plurianual de Investimentos 2016/I/38 com a designação “Requalificação do Centro de Saúde da Marinha Grande”.

Considerando que com a aprovação dos Documentos Previsionais para o ano de 2018, foi inscrita a dotação de 398.430,00 euros para o ano de 2019, na ação referida anteriormente, classificação orgânica/económica 07/07010307, verba insuficiente para a despesa que se perspetiva assumir, foi proposto o reforço de dotação para o ano de 2019, na ação 2016/I/38, para uma dotação total corrigida de 1.037.410,00 euros na 1.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018, a ser presente na próxima sessão da Assembleia Municipal.

Considerando que o novo procedimento de contratação pública para a “Remodelação do Centro de Saúde da Marinha Grande” – Concurso Público, ultrapassa o valor que determina a fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas.

Considerando que o Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, que aprova as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, alterado pelas Leis n.º 64/2012, de 20 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015 de 2 de junho, preceitua no seu art.º 12.º que:

“(…) 1 - Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

2 - Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento da despesa (…).”

Considerando que na sessão da Assembleia Municipal de 29/12/2017 foi concedida autorização genérica prévia para a assunção de compromissos plurianuais, considerando o processo de Concurso Público n.º 30/2017 então em curso, e que por deliberação camarária de 31.01.2018 foi tomada a decisão da sua não adjudicação.

Considerando que o procedimento que se pretende iniciar ultrapassa o valor que determina a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, a dotação inscrita para o ano de 2019 nos Documentos Previsionais de 2018, e a autorização genérica prévia concedida na sessão da Assembleia Municipal de 29 de dezembro de 2017, pelo que esta já não se aplica ao procedimento de contratação pública que se pretende iniciar.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que seja solicitada à Assembleia Municipal da Marinha Grande:

1. *Autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais relativos à “Requalificação do Centro de Saúde da Marinha Grande” – até ao valor máximo de 1.037.410,00 euros, IVA incluído à taxa legal em vigor, no ano de 2019, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, na sua redação atual;*
2. *Autorização para a abertura do procedimento considerando que este consubstancia a assunção de encargos em mais de um ano económico para cumprimento do preceituado na alínea b), do n.º 1 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, considerando que os encargos excedem o limite de 99.759,58 euros, no ano de 2019;*
3. *Que nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, se fixe o limite máximo do encargo no ano económico de 2019, conforme indicado no quadro seguinte:*

Ano Económico	Valor máximo (com IVA)
2019	1 037 410,00 €
Total	1 037 410,00 €

A presente deliberação apenas produz efeitos desde que aprovada a 1.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018, podendo posteriormente ser tomada a deliberação na Sessão da Assembleia Municipal relativa ao assunto em epígrafe.”

A proposta mereceu o seguinte comentário:

A **Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro** disse que gostaria de votar este assunto hoje, mas não se sente confortável a fazê-lo só com a informação que foi disponibilizada.

A **Sr.ª Presidente** explicou que a ARS só enviou a informação na passada sexta-feira e que os serviços técnicos ainda não a conseguiram analisar.

Em face desta situação, a proposta não foi votada e será incluída na ordem do dia da reunião extraordinária que a Sr.ª Presidente convocou para o dia 23/02/2018, às 09:00 horas.

19. Requalificação/ampliação da Escola Básica da Moita. Prorrogação de prazo. Ratificação de despacho.

106 - Presente Despacho n.º 33/2018, de 15 de fevereiro, da Sr.ª Presidente da Câmara Municipal, com o seguinte teor integral:

Presente informação da DOT, com referência MA/02/2018, na qual se dá conta de uma ocorrência que impediu a disponibilização em tempo do procedimento na plataforma eletrónica.

Considerando que as peças do procedimento devem ser disponibilizadas na plataforma eletrónica na data da publicação do anúncio no Diário da República, de acordo com o artigo 133.º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos.

Considerando que deve ser concedido aos interessados o prazo para apresentação das propostas fixado no Programa do Procedimento.

Considerando que na sequência da submissão da minuta do anúncio de prorrogação do prazo se gerou uma incompatibilidade com a comunicação do bloco técnico de dados no site www.base.pt, que impede a publicação deste anúncio de prorrogação do prazo de apresentação das propostas, que ainda não está resolvida pela entidade responsável pela gestão desse site.

Considerando que os procedimentos de contratação pública são de tramitação urgente, em cumprimento dos prazos fixados.

Determino que se prorrogue o prazo de apresentação das propostas em cinco dias, nos termos do artigo 133.º, n.ºs 6 e 7, do CCP e de acordo com os artigos 33.º, n.º 1, alínea f) e 35.º, n.º 3, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O presente despacho deve ser ratificado pela Câmara Municipal na sua próxima reunião.

A Câmara Municipal, de acordo com os artigos 33.º, n.º 1, alínea f) e artigo 35.º, n.º 3, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera ratificar o despacho transcrito.

A Câmara Municipal delibera ainda delegar, nos termos e para os efeitos dos artigos 40.º, n.º 2, 109.º, n.º 1 e 133.º, n.ºs 6 e 7, todos do Código dos Contratos Públicos e de acordo com os artigos 33.º, n.º 1, alínea f) e 34.º, n.º 1, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e com o artigo 29.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na Presidente da Câmara a competência para aprovar a minuta do anúncio de prorrogação de prazo e para prorrogar o prazo fixado para a apresentação das propostas, se tal se vier a revelar necessário.

A presente deliberação foi aprovada por unanimidade e em minuta.

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO

20. Req.º nº 147/18, datado de 25/01/2018 - Proc.º n.º 524/17, datado de 23/11/2017 - Mário Carvalho da Cruz e Maria Cristina Guerra Luís da Cruz

107 - Presentes requerimentos n.º 2000/17 e n.º 147/18, registados em 2017/11/23, 2018/01/25, respetivamente, constantes do processo camarário n.º 524/17, subscrito por **Mário Carvalho da Cruz**, com o NIF 165567767, e por **Maria Cristina Guerra Luís da Cruz**, com o NIF 141263369, residentes na Rua do Comércio, n.º 25, Carvide, Leiria, referente a pedido de licenciamento de obra de construção de moradia e construção de muros de vedação, no prédio sito na Rua dos Lenhadores, lugar do Engenho, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 20333-P, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 20469.

Presente parecer técnico, datado de 2018/02/02 a propor a aprovação do projeto de arquitetura com condicionalismos.

Após análise do pedido, e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos da alínea a) do artigo 20º do Decreto-Lei n.º 155/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o projeto de arquitetura, constante do processo camarário n.º 524/17, respeitante ao pedido de licenciamento da obra de construção de uma moradia e construção de muros de vedação no prédio urbano sito na Rua dos Lenhadores, lugar do Engenho, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 20333-P, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 20469, apresentado por Mário Carvalheiro da Cruz, com o NIF 165567767, e por Maria Cristina Guerra Luís da Cruz, com o NIF 141263369, residentes na Rua do Comércio, n.º 25, Carvide, Leiria, com os seguintes condicionalismos:

1- Apresentar, no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação:

- a) Memória Descritiva e Justificativa do Plano de Acessibilidade, adequada ao tipo de obra projetada;
- b) Memória Descritiva e Justificativa do projeto de arquitetura retificada quanto à descrição da obra e parâmetros constantes do quadro sinóptico e outros que entenda por adequados e convenientes.
- c) Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 20º do RJUE

2- O muro de vedação deverá ser executado em alvenaria, devidamente rebocado e pintado, de acordo com a alínea a) do n.º 1 do artigo 18º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande – RMEUMMG. Os muros entre extremas, na parte confinante com a via pública deverão assegurar, numa extensão de até 1.50m a contar do limite do espaço público, as condições descritas na alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 18º do RMEUMMG, designadamente:

- Não exceder a altura de 0.80 m acima da cota dos passeios fronteiros ou dos arruamentos que os servem;
- Ao valor anteriormente referido podem ainda elevar-se elementos gradeados, ou sebes vivas, desde que, no seu cômputo geral não exceda o valor máximo de 1.50m.

ACEITAR A CEDÊNCIA para domínio público da faixa de terreno com a área de 31,50 m2, ao longo da frente do prédio confinante com a Rua dos Lenhadores, conforme descrição e configuração constante da peça gráfica correspondente à “*Planta de Implantação e Projeto do Muro Frontal*”, com o código “C18/Nov/17, N.º 1A, de JAN. de 2018”, entregue a coberto do requerimento n.º 147/18, registado em 2018/01/25, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação da certidão emitida Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

21. Req.º nº 146/18, datado de 25/01/2018 - Proc.º nº 488/17, datado de 31/10/2017 - ATT - Advanced Tool Technology, Lda

108 - Presentes pedidos com o registo n.º 1870/17, datado de 31/10/2017 e 146/18, datado de 25/01/2018, relativos a **legalização de ampliação de edifício destinado a indústria**, sito na estrada de Leiria, n.º 210, Embra, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 3226 e inscrito na Matriz Predial Urbana sob o artigo n.º 16116, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 488/17, com data de entrada de 31/10/2017, apresentado por **ATT - Advanced Tool Technology, Lda**, com o NIPC 513 477 403, com sede na estrada de Leiria, n.º 210, Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande, solicitando a aprovação do projeto de arquitetura;

Presente processo de regularização extraordinária com o n.º 492/15, apresentado pelo mesmo requerente no âmbito do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, aprovado condicionalmente em conferência decisória realizada a 15 de março de 2017;
Presente Licença para utilização privativa do Domínio Público Rodoviário, emitida pela Infraestruturas de Portugal a 16/01/2018;
Presente informação técnica, datada de 01/02/2018, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura apresentado em condições de ser aprovado;

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura relativo a legalização de ampliação de edifício destinado a indústria, sito na estrada de Leiria, n.º 210, Embra, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 3226 e inscrito na Matriz Predial Urbana sob o artigo n.º 16116, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 488/17, com data de entrada de 31/10/2017, apresentado por ATT - Advanced Tool Technology, Lda, com o NIPC 513 477 403, com sede na estrada de Leiria, n.º 210, Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande, com o seguinte condicionalismo:
1.- Apresentação, no prazo de seis meses a contar da data da notificação da presente decisão, dos projetos de especialidade aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do mesmo articulado legal;

Mais deliberou informar que o licenciamento industrial se encontra condicionado, nos termos constantes na ata da conferência decisória efetuada a 15 de março de 2017, no âmbito do processo de regularização extraordinária n.º 492/15, ao cumprimento da legislação ambiental vigente, sendo que a entidade coordenadora deste licenciamento é a Câmara Municipal da Marinha Grande, nos termos do Sistema de Indústria Responsável (SIR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 73/2015, de 11 de maio, por se tratar de uma indústria do tipo 3.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

22. Req.º nº 2158/17, datado de 19/12/2017 - Proc.º nº 560/17, datado de 18/12/2017 - INJECT FORM Empresa de Plásticos Lda.

109 - Presente pedido com o registo n.º 2158/17, datado de 19/12/2017, relativo a **licenciamento da obra de ampliação e legalização de ampliação de uma unidade industrial** sita na rua do Repouso, Tojeira, nos prédios registados na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob os n.ºs 6877, 13790 e 9921, inscritos respetivamente na matriz predial urbana sob o artigo n.º 14113 e na matriz predial rústica sob os artigos 5991 e 5989, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 560/17, com data de entrada de 18/12/2017, apresentado por **INJECT FORM Empresa De Plásticos Lda.**, com o NIPC 504 367 650, com sede na rua do Repouso, Casal Galego, freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente processo de regularização extraordinária, com o n.º 478/15, apresentado a 17/12/2015 pela mesma empresa, a exercer a sua atividade nesta unidade, o qual obteve, em reunião de Conferência Decisória realizada a 17/11/2016, deliberação favorável condicionada;

Presente informação técnica, datada de 12/02/2018, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura do processo relativo à ampliação e à legalização das ampliações efetuadas na unidade industrial em causa em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura do processo relativo à ampliação e legalização de ampliação de uma unidade industrial sita na rua do Repouso, Tojeira, nos prédios registados na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob os n.º 6877, 13790 e 9921, inscritos respetivamente na matriz predial urbana sob o artigo n.º 14113 e na matriz predial rústica sob os artigos 5991 e 5989, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 560/17, com data de entrada de 18/12/2017, apresentado por INJECT FORM Empresa De Plásticos Lda., com o NIPC 504 367 650, com sede na rua do Repouso, Casal Galego, freguesia e concelho da Marinha Grande, ficando o respetivo licenciamento condicionado à apresentação, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, dos projetos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do RJUE, devidamente elaborados e instruídos com os respetivos termos de responsabilidade subscritos por técnico legalmente qualificado, de acordo com o disposto no artigo 10º do mesmo diploma legal.

Delibera, igualmente, informar que a concessão da respetiva autorização de utilização ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor;

Mais delibera informar o requerente que deverá proceder ao licenciamento da atividade industrial, após obtenção do respetivo título de autorização de utilização, nos termos do disposto no Capítulo IV - regime das alterações aos estabelecimentos industriais - do Sistema da Indústria Responsável (SIR), publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 73/2015, de 11 de maio.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

23. Req.º nº 223/18, datado de 06/02/2018 - Proc.º n.º 429/17, datado de 22/09/2017 - Reinados e Predicados Lda.

110 - Presente pedido com o registo n.º 223/18, datado de 06/02/2018, relativo a **licenciamento de ampliação de edifício destinado a habitação, comércio e serviços**, sito na rua Marquês de Pombal, n.º 32 e 34, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 20177 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 20045, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 429/17, com data de entrada de 22/09/2017, apresentado por **Reinados e Predicados Lda**, com o NIPC 513 861 769, com sede na Praça Stephens, freguesia e concelho da Marinha Grande, solicitando a aprovação do projeto de arquitetura respetivo;

Presente informação técnica, datada de 12/02/2018, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura apresentado em condições de ser aprovado.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura relativo ao pedido de licenciamento da ampliação de edifício destinado a

habitação, comércio e serviços, sito na rua Marquês de Pombal, n.º 32 e 34, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 20177 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 20045, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 429/17, com data de entrada de 22/09/2017, apresentado por Reinados e Predicados Lda., com o NIPC 513 861 769, com sede na Praça Stephens, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente que o licenciamento da presente operação urbanística se encontra condicionado à apresentação, no prazo de seis meses a contar da data da notificação da presente decisão, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do RJUE, dos projetos de especialidade aplicáveis, devidamente elaborados e instruídos com os respetivos termos de responsabilidade subscritos por técnico legalmente qualificado, de acordo com o disposto no artigo 10º do mesmo diploma legal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

24. Req.º nº 1887/17, datado de 03/11/2017 - Proc.º n.º 371/17, datado de 14/08/2017 - Cassilda Vieira de Sousa do Rosário

111 - Presente requerimento n.º 1887/17, datado de 2017/11/03, constante do processo camarário n.º 371/17, subscrito por **CASSILDA VIEIRA DE SOUSA DO ROSÁRIO**, com o NIF 145473570, com domicílio fiscal em rua Álvaro Cunhal (antiga rua 32), n.º 8, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar o licenciamento de **“Legalização de alteração a moradia existente e anexo”**, incidente sobre um prédio urbano sito na rua Álvaro Cunhal (antiga rua 32), n.º 8, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 14576 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 8063.

Presentes pareceres técnicos dos serviços, datados de 2017/09/06 e 2017/11/07, referentes, respetivamente, aos projetos de arquitetura e das especialidades apresentados.

Após a análise da pretensão, e considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/14, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de licenciamento de **“Legalização de alteração a moradia existente e anexo”**, incidente sobre um prédio urbano sito na rua Álvaro Cunhal (antiga rua 32), n.º 8, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 14576 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 8063, com o número de processo 371/17, com data de entrada em 2017/08/14, apresentado por **CASSILDA VIEIRA DE SOUSA DO ROSÁRIO**, com o NIF 145473570, com domicílio fiscal em rua Álvaro Cunhal (antiga rua 32), n.º 8, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Delibera, ainda, informar a requerente que, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande

(RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

25. Req.º nº 192/18, datado de 02/02/2018 - Proc.º n.º 207/17, datado de 19/05/2017 - Carlos Manuel Henriques Cristóvão

112 - Presente processo camarário n.º 207/17, registado em 2017/05/19, referente ao pedido de **licenciamento de obra de construção de edifício destinado a garagem e arrumo**, no prédio urbano situado na Rua António Maria da Silva, n.º 36, lugar da Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o n.º 20216-P, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 13277, apresentado por **Carlos Manuel Henriques Cristóvão**, com o NIF 169769933, residente na Rua António Maria da Silva, n.º 38, lugar da Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado na reunião de Câmara Municipal de 2017/12/27

Presentes projetos das especialidades acompanhados com termos de responsabilidade subscritos por técnicos legalmente habilitados e instruídos ao abrigo da legislação em vigor, nomeadamente o disposto no n.º 1 do artigo 10º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

Presente parecer técnico, datado de 2018/02/09, que atesta encontrarem-se reunidas as condições para que a Câmara Municipal tome uma decisão final sobre o pedido de licenciamento apresentado.

Após análise do pedido, e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera:

1- DEFERIR, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 23º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento de obra de construção de edifício destinado a garagem e arrumo, no prédio urbano situado na Rua António Maria da Silva, n.º 36, lugar da Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o n.º 20216-P, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 13277, com processo camarário n.º 207/17, registado em 2017/05/19, apresentado por apresentado por Carlos Manuel Henriques Cristóvão, com o NIF 169769933, residente na Rua António Maria da Silva, n.º 38, lugar da Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande.

2- Informar o requerente do seguinte:

a) Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

b) Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

26. Req.º nº 1407/17, datado de 08/08/2017 - Proc.º nº 165/14, datado de 16/05/2014 - Adelino Bento da Fonseca

113 - Presente pedido com o registo n.º 1407/17, datado de 08/08/2017, relativo a **alterações a efetuar em obra de construção de um posto de abastecimento de combustíveis e estabelecimento de bebidas**, titulada pelo alvará de obras de construção n.º 2/17, válido até 23/04/2018, no prédio sito na rua Central, Garcia, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 3831 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 16736, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 165/14, com data de entrada de 16/05/2014, apresentado por **Adelino Bento da Fonseca**, com o NIF 140 949 372, residente na Rua Nova, n.º 227, Casal do Pilha, freguesia de Milagres e concelho de Leiria;

Presente informação técnica, datada de 12/02/2018, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a alterações a efetuar em obra de construção de um posto de abastecimento de combustíveis e estabelecimento de bebidas, titulada pelo alvará de obras de construção n.º 2/17, válido até 23/04/2018, no prédio sito na rua Central, Garcia, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 3831 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 16736, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 165/14, com data de entrada de 16/05/2014, apresentado por Adelino Bento da Fonseca, com o NIF 140 949 372, residente na Rua Nova, n.º 227, Casal do Pilha, freguesia de Milagres e concelho de Leiria;

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 7 do artigo 27.º do RJUE, deverá requerer o averbamento do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários, nomeadamente o original do alvará de obras de alteração n.º 2/17.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

27. Req.º nº 188/18, datado de 01/02/2018 - Proc.º nº 519/16, datado de 20/12/2016 - Manuel Maria Gregório

114 - Presente processo camarário n.º 519/16, registado em 2016/12/20, referente ao pedido de **licenciamento de obras de ampliação, alteração e conservação de moradia e construção de muro de vedação**, no prédio urbano sito na Rua de Albergaria, n.º 34, lugar de Albergaria, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 16108, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 6658, apresentado por **Manuel Maria Gregório**, com o NIF 128376295, residente na Rua da Fonte Velha de Albergaria, n.º 4, lugar de Albergaria, freguesia e concelho de Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado na reunião de Câmara Municipal de 2017/08/17.

Presentes projetos das especialidades acompanhados com termos de responsabilidade subscritos por técnicos legalmente habilitados e instruídos ao abrigo da legislação em vigor, nomeadamente o disposto no n.º 1 do artigo 10º do Regime Jurídico da Urbanização e da

Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

Presente parecer técnico, datado de 2018/02/09, que atesta encontrarem-se reunidas as condições para que a Câmara Municipal tome uma decisão final sobre o pedido de licenciamento apresentado.

Após análise do pedido, e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera:

1- DEFERIR, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 23º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento de obras de ampliação, alteração e conservação de moradia e construção de muro de vedação, no prédio urbano sito na Rua de Albergaria, n.º 34, lugar de Albergaria, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 16108, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 6658, com processo camarário n.º 519/16, registado em 2016/12/20, apresentado por Manuel Maria Gregório, com o NIF 128376295, residente na Rua da Fonte Velha de Albergaria, n.º 4, lugar de Albergaria, freguesia e concelho de Marinha Grande.

2- Manter a decisão expressa no ponto n.º 2 da Deliberação de Câmara de 2017/08/17, que aprovou o projeto de arquitetura, pela qual foi aceite a cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 66,50 m², situada em parte da frente do prédio confinante com a Rua 2, conforme descrição e configuração constante da peça gráfica correspondente à “Planta de Implantação e Enquadramento, Desenho 11.1”, entregue a coberto do Requerimento n.º 717/17, registado em 2017/04/26, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação da certidão emitida Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.

3- Informar o requerente do seguinte:

a) Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

b) Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

c) Deverá assegurar a execução do passeio em blocos retangulares de betão (0,20mX0,10mX0,06m) assente em base de Tout-Venant com 0,15m de espessura e lancil de de betão com espessura de 0,12m.

d) Deverá assegurar a instalação do recetáculo postal domiciliário a ser efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de Setembro, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98.

e) Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

f) Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março, na sua redação atual. Para o

efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

28. Req.º nº 168/18, datado de 30/01/2018 - Proc.º nº 145/17, datado de 17/04/2017 - Júlio Manuel Gaspar Duarte Moleirinho

115 - Presente requerimento nº 168/18, datado de 2018/01/30, constante do processo camarário nº 145/17, subscrito por **Júlio Manuel Gaspar Duarte Moleirinho**, com o NIF 133928454, com residência em largo do Rossio, nº 4, lugar de Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande, inerente ao pedido de licenciamento da “*Operação de Loteamento Urbano*”, a incidir sobre um prédio rústico, sito no gaveto da rua do Clube Desportivo da Garcia, com a rua do Bico, lugar de Garcia, freguesia concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o nº 20267 e inscrito na respetiva matriz rústica sob o número 8668.

Presente parecer técnico da Divisão de Ordenamento do Território, datado de 2018/02/12, a enquadrar devidamente a pretensão, garantindo que se encontram reunidas as condições para que a mesma seja deferida, sem prévia discussão pública, nos termos previstos no art. 22.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 09/09 e art. 28.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

Após análise do pedido de licenciamento da “*Operação de Loteamento Urbano*”, incidente sobre um prédio rústico, sito no gaveto da rua do Clube Desportivo da Garcia, com a rua do Bico, lugar de Garcia, freguesia concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o nº 20267 e inscrito na respetiva matriz rústica sob o número 8668, com o número de processo 145/17, com data de entrada em 2017/04/17, apresentado por **Júlio Manuel Gaspar Duarte Moleirinho**, com o NIF 133928454, residente em largo do Rossio, nº 4, lugar de Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do art. 21.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 09/09, DEFERIR o mesmo, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação dos projetos e respetivos orçamentos das obras de urbanização necessários (procedimento de comunicação prévia), no prazo de um ano a contar da data de notificação, sob pena de caducidade do ato que aprovou a operação de loteamento, nos termos do nº 1 do art. 71.º do RJUE.
2. As construções a erigir nos respetivos lotes, terão de assegurar o cumprimento do R.g.E.U. (Regulamento Geral das Edificações Urbanas), R.M.E.U. (Regulamento Municipal das Edificações Urbanas), Regulamento Geral do Loteamento e demais legislação aplicável.
3. Nos termos previstos no nº 4 do art. 44.º do RJUE, o requerente fica obrigado ao pagamento de uma compensação ao município, em numerário ou em espécie, nos termos definidos em regulamento municipal, visto o prédio a lotear já se encontrar “(*... servido pelas infraestruturas a que se refere a alínea h) do artigo 2.º ou não se justificar a localização de qualquer equipamento ou espaço verde públicos no referido prédio (...)*)”.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

29. Req.º nº 139/18, datado de 24/01/2018 - Proc.º nº 441/13, datado de 26/11/2013 - Vera Luci Mendes Vinagre Ferreira Artilheiro

116 - Presente processo referente ao pedido de licenciamento relativo à obra de construção de moradia unifamiliar e muros de vedação, a que foi atribuído o número de processo camarário 441/17, incidente sobre um prédio sito em Rua 10 de Junho, freguesia de Moita e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 987, apresentado por **Vera Luci Mendes Vinagre Ferreira Artilheiro**, com o NIF 233933840, com morada na Rua 10 de Junho, n.º 8, freguesia de Moita e concelho de Marinha Grande, objeto de deferimento final por deliberação camarária tomada na reunião de 16/04/2014, sendo titulada pelo alvará de obras de construção n.º 42/15, emitido em 19/05/2015, cuja validade terminou em 18/05/2017.

Presente informação técnica datada de 09/02/2018, sobre os condicionalismos que enquadram a intenção de declarar a caducidade da licença.

Considerando que:

- Por deliberação camarária tomada na reunião de 16/04/2014, foi o pedido de licenciamento relativo à obra de construção de moradia unifamiliar e muros de vedação, a que foi atribuído o número de processo camarário 441/17, incidente sobre um prédio sito em Rua 10 de Junho, freguesia de Moita e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 987, foi objeto de deferimento final;

- A titular do processo, Vera Luci Mendes Vinagre Ferreira Artilheiro, com o NIF 233933840, com morada na Rua 10 de Junho, n.º 8, freguesia de Moita e concelho de Marinha Grande, vem requerer uma licença especial para conclusão da obra, a qual apenas pode ser solicitada quando as obras já tenham atingido um elevado estado de execução, mas a licença haja caducado;

- Pressupõe a requerente que a caducidade da licença já se operou automaticamente, pelo que considera-se estarem reunidas condições para a dispensa da sua audiência prévia pela Câmara, conforme o disposto no artigo 124.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, que refere que a audiência dos interessados pode ser dispensada quando *“os interessados já se tiverem pronunciado no procedimento sobre as questões que importem à decisão e sobre as provas produzidas”*;

A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo previsto para a execução da obra titulada pelo alvará de obras de construção n.º 42/15, emitido em 19/05/2015, cuja validade terminou em 18/05/2017, sem que a obra se encontre concluída, no uso da competência conferida pelo nº 5 do referido artigo 71.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09, delibera DECLARAR A CADUCIDADE do licenciamento relativo à obra de construção de moradia unifamiliar e muros de vedação, a que foi atribuído o número de processo camarário 441/17, incidente sobre um prédio sito em Rua 10 de Junho, freguesia de Moita e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 987, apresentado por Vera Luci Mendes Vinagre Ferreira Artilheiro, com o NIF 233933840, com morada na Rua 10 de Junho, n.º 8, freguesia de Moita e concelho de Marinha Grande, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 3 do mencionado artigo 71.º.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

30. Req.º nº 139/18, datado de 24/01/2018 - Proc.º nº 441/13, datado de 26/11/2013 - Vera Luci Mendes Vinagre Ferreira Artilheiro

117 - Presente processo referente ao pedido de licenciamento relativo à obra de construção de moradia unifamiliar e muros de vedação, a que foi atribuído o número de processo camarário 441/17, incidente sobre um prédio sito em Rua 10 de Junho, freguesia de Moita e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 987, apresentado por **Vera Luci Mendes Vinagre Ferreira Artilheiro**, com o NIF 233933840, com morada na Rua 10 de Junho, n.º 8, freguesia de Moita e concelho de Marinha Grande, objeto de deferimento final por deliberação camarária tomada na reunião de 16/04/2014, sendo titulada pelo alvará de obras de construção n.º 42/15, emitido em 19/05/2015, cuja validade terminou em 18/05/2017.

Presente pedido de concessão de licença especial para conclusão de obras inacabadas, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 88.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09, registado sob o requerimento n.º 1768/17, datado de 16/10/2017, e aditamento registado sob o n.º 138/18, datado de 24/01/2018.

Presente deliberação camarária a declarar a caducidade da licença por se encontrar ultrapassado o prazo previsto para a execução da obra titulada pelo alvará de obras de construção n.º 42/15, emitido em 19/05/2015, cuja validade terminou em 18/05/2017, sem que a obra se encontre concluída, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 3 do artigo 71.º do RJUE.

Presente parecer dos serviços sobre o assunto, datado de 09/02/2018.

Após análise da pretensão a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR o pedido de licença especial para conclusão da obra ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 88.º do RJUE-Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09, em virtude das obras de construção de moradia unifamiliar e muros de vedação, a que foi atribuído o número de processo camarário 441/17, incidente sobre um prédio sito em Rua 10 de Junho, freguesia de Moita e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 987, apresentado por Vera Luci Mendes Vinagre Ferreira Artilheiro, com o NIF 233933840, com morada na Rua 10 de Junho, n.º 8, freguesia de Moita e concelho de Marinha Grande, terem já atingido um elevado grau de execução, encontrando-se em fase de acabamentos, atendendo à atual conjuntura económica, ao interesse manifestado pela requerente na conclusão da obra e posterior utilização do edifício, e ao impacte urbanístico negativo que um prédio inacabado/desocupado apresenta.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

31. Req.º nº 176/18, datado de 31/01/2018 - Proc.º n.º 200/94, datado de 04/04/1994 - Ramiro Miranda Germano

118 - Presente processo referente ao pedido de licenciamento relativo à obra de remodelação e ampliação de moradia a que foi atribuído o número de processo camarário 200/94, incidente sobre um prédio sito em Rua Nossa Senhora da Ajuda, Passagem, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 153 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Vieira de Leiria, apresentado por **Ramiro Miranda Germano**, com o NIF 137766777, com morada na Rua da Vieira, n.º 54, Passagem, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, titulada pelo alvará de construção n.º 28/96, emitido em 15/01/1996, cuja validade terminou em 26/08/1996.

Presente informação técnica datada de 12/02/2018, a enquadrar devidamente a pretensão.

Após análise da pretensão, considerando o parecer que sobre a mesma incidu, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR o pedido de licença especial para conclusão da obra ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 88.º do RJUE-Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09, em virtude das obras de remodelação e ampliação de moradia a que foi atribuído o número de processo camarário 200/94, incidente sobre um prédio sito em Rua Nossa Senhora da Ajuda, Passagem, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 153 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Vieira de Leiria, apresentado por Ramiro Miranda Germano, com o NIF 137766777, com morada na Rua da Vieira, n.º 54, Passagem, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande terem já atingido um elevado grau de execução, encontrando-se em fase de acabamentos, atendendo à atual conjuntura económica, ao interesse manifestado pela requerente na conclusão da obra e posterior utilização do edifício, não se mostrando aconselhável a demolição da obra executada.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

32. Req.º nº 2181/17, datado de 21/12/2017 - Proc.º nº 638/2017, datado de 21/12/2017 - Elisabete Botas Pedrosa

119 - Presente requerimento com o registo de entrada n.º 2181/17, apresentado por **Elisabete Botas Pedrosa**, residente na Rua Barreira de Mêda, n.º 31, rés-do-chão dtº, Leiria, em que solicita a isenção do pagamento das taxas devidas pela emissão de certidão comprovativa de que, para a moradia sita na Rua de S. Pedro de Moel, n.º 8, Praia da Vieira, foi emitida a licença de habitação n.º 123, datada de 10-03-1971, em nome de Fernando Pedrosa Ramusga, em virtude de a mesma se destinar à regularização do prédio onde se encontra implantada a referida moradia, junto da Conservatória do Registo Predial e, deste modo, poder solicitar um pedido de apoio ao Programa de Apoio à Reconstrução de Habitação Permanente.

Presentes procurações da mãe Maria Anália Ramusga Botas e dos irmãos Lília Botas Ramusga Pedrosa e Fernando Francisco Botas Pedrosa, a conferir os poderes necessários à requerente, para os representar junto das entidades competentes, no que diz respeito ao Programa de Apoio à Reconstrução Permanente.

Presente informação jurídica, datada de 09-02-2017, sobre o assunto.

Considerando que:

- Através do requerimento com o registo de entrada n.º 2181/17, Elisabete Botas Pedrosa, residente na Rua Barreira de Mêda, n.º 31, rés-do-chão dtº, Leiria, por si e em representação dos seus irmãos e mãe, solicitou a isenção do pagamento das taxas devidas pela emissão de certidão comprovativa de que, para a moradia sita na Rua de S. Pedro de Moel, n.º 8, Praia da Vieira, foi emitida a licença de habitação n.º 123, datada de 10-03-1971, em nome de Fernando Ramusga, justificando que a mesma se destinava à instrução de um pedido de apoio ao Programa de Apoio à Reconstrução de Habitação Permanente;

- O referido Programa foi criado pelo Decreto-Lei n.º 142/2017, de 14 de novembro, tendo sido aprovado, através da Portaria n.º 366/2017, de 7 de dezembro, o regulamento de atribuição dos

apoios, que se destinam às pessoas singulares e aos agregados familiares, cujas habitações foram danificadas ou destruídas pelos incêndios de 15 de outubro de 2017;

- Na sequência desse incêndio a moradia em questão sofreu graves danos, nomeadamente a nível da estrutura da cobertura que ficou parcialmente destruída;

- A certidão solicitada destinou-se a regularizar a situação do prédio, onde se encontra implantada a identificada moradia, junto da Conservatória do Registo Predial, de modo a instruir corretamente o pedido de apoio apresentado pela interessada, no âmbito do referido Programa;

- A alínea b) do n.º 2 do artigo 119.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização da Marinha Grande, prevê a redução em 50% ou a isenção do pagamento de taxas municipais quando estejam em causa situações de calamidade;

- Face às dimensões do incêndio e do lastro de destruição que deixou, é indubitável que se está perante uma situação de catástrofe e que a mesma deu origem ao pedido apresentado pela interessada;

- As condições impostas pela aludida norma regulamentar encontram-se reunidas;

A Câmara Municipal delibera, ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 119.º do citado Regulamento, deferir o pedido apresentado por Elisabete Botas Pedrosa, residente na Rua Barreira de Mêda, n.º 31, rés-do-chão dtº, Leiria, para isenção do pagamento das taxas devidas pela emissão da referida certidão no valor de 32,15€ (trinta e dois euros e quinze cêntimos), comprovativa de que, para o prédio sito na Rua de S. Pedro de Moel, n.º 8, Praia da Vieira, foi emitida a licença de habitação n.º 123, datada de 10-03-1971, em nome de Fernando Pedrosa Ramusga.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

33. Req.º nº 219/18, datado de 06/02/2018 - Proc.º nº 93/2018, datado de 06/02/2018 - Nelson Fernando Pedrosa Faustino

120 - Presente pedido de avaliação do estado inicial de conservação de edifício para efeitos de candidatura a benefícios fiscais, solicitado por **Nelson Fernando Pedrosa Faustino**, com o NIF 206017189, com morada na Rua do Mar, n.º 11, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, respeitante ao edifício sito na Rua da Foz, n.º 42, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6.614 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Vieira de Leiria sob o artigo n.º 23490.

Presente parecer técnico datado de 14/02/2018, sobre o assunto.

Considerando que:

1 - O prédio em apreço foi licenciado no âmbito do processo camarário n.º 33/1972, em nome de António Pereira Jorge.

2 - De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, os prédios urbanos ou frações autónomas concluídas há mais de 30 anos beneficiam de incentivos fiscais desde que preencham cumulativamente as seguintes condições:

- a) Sejam objeto de intervenções de reabilitação promovidas no âmbito do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana ou no regime excecional previsto no Decreto-lei n.º 53/2014, de 08/04;
- b) Em consequência dessa intervenção, o estado de conservação esteja dois níveis acima do anteriormente atribuído e tenha, no mínimo um nível de conservação “bom”.

3 - De acordo com o disposto no número 2 do artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, os prédios urbanos objeto de ações de reabilitação, que preencham os requisitos mencionados, beneficiam das seguintes isenções:

- a) Isenção do imposto municipal sobre imóveis por um período de três anos, a contar do ano, inclusive, da conclusão das obras de reabilitação, podendo ser renovado, a requerimento do proprietário, por mais cinco anos no caso de imóveis afetos a arrendamento para habitação permanente ou a habitação própria e permanente;
- b) Isenção do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis nas aquisições de imóveis destinados a intervenções de reabilitação, desde que o adquirente inicie as respetivas obras no prazo máximo de três anos a contar da data de aquisição;
- c) Isenção do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis na primeira transmissão, subsequente à intervenção de reabilitação, a afetar a arrendamento para habitação permanente ou, quando localizado em área de reabilitação urbana, também a habitação própria e permanente;

4 - Nos termos do disposto nos artigos 1.º e 3.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, a determinação do nível de conservação de um prédio urbano ou fração autónoma é ordenada pela Câmara Municipal, oficiosamente ou a requerimento de interessado, competindo aos serviços municipais, em vistoria realizada para o efeito, por técnicos designados pela Câmara Municipal, classificar o estado de conservação do edifício, em sede de reabilitação urbana, com referência aos níveis de conservação constantes no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012.

A Câmara Municipal delibera:

ORDENAR, considerando o disposto no artigos 1.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, a determinação do nível de conservação de um prédio urbano sito na Rua da Foz, n.º 42, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, requerida por Nelson Fernando Pedrosa Faustino, com o NIF 206017189, com morada na Rua do Mar, n.º 11, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, devendo a determinação do nível de conservação do imóvel obedecer aos critérios definidos na Portaria n.º 1192-B/2006, de 03 de novembro, bem como ser preenchida a ficha de habilitação aprovada pelo mesmo diploma lega;

DETERMINAR, considerando o disposto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, a realização de vistoria ao edifício, agendando a mesma para 06/03/2018, pelas 10:00, e que a respetiva Comissão tenha a seguinte composição:

Membros efetivos:

**Arquiteto Miguel Figueiredo
Arquiteto Alexandre Fava
Engenheiro Rui Vicente**

Membros suplentes:

**Arquiteta Margarida Abraúl
Arquiteto Ricardo Santos
Engenheira Cristina Silva**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO MUNICÍPIO

34. Responsabilidade civil extracontratual do Município da Marinha Grande - Pedido de indemnização por danos materiais em veículo automóvel - Requerente: Ana Maria de Sousa Reis Mendes – Apreciação - Proposta de indeferimento – Audiência prévia

121 - Presente Informação jurídica n.º 377/2018, de 12.02.2018, a qual conclui que não se encontram preenchidos os requisitos legais da responsabilidade civil extracontratual por facto ilícito do Município da Marinha Grande (Anexo 4);

Presentes Informações da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, as quais concluem pela existência de um buraco e inexistência de sinalização na Rua Joaquim Tomé Fêteira, freguesia da Marinha Grande (Anexo 3);

Presente Auto de Ocorrência n.º 6/2018, elaborado pela Guarda Nacional Republicana – Posto Territorial de Vieira de Leiria, de 08.01.2018 (Anexo 2);

Presente e-mail com o registo n.º E/713/2018, de 22.01.2018, subscrito por “Ana Mendes”, sem indicação de qualquer outro elemento de identificação pessoal ou da residência, no qual requer indemnização por danos em pneu e jante, sem descrição dos factos pelos quais requer indemnização, apenas mencionando que foi efetuada participação à GNR de Vieira de Leiria “sobre o sucedido no passado dia 7/1/2018” (Anexo 1).

A Câmara Municipal apreciou e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes da informação n.º 377/2018, de 12.02.2018, que fica anexa (Anexo 4) à presente ata e que aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera notificar a requerente Ana Maria de Sousa Reis Mendes, do presente projeto de decisão final de indeferimento do seu pedido, concedendo-lhe o prazo de 10 dias úteis a contar do recebimento da notificação para, querendo, dizer por escrito o que se lhe oferecer sobre o mesmo, nos termos do previsto nos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

35. Pedido de indemnização por danos em peça de vestuário – Instalações sanitárias da Casa da Cultura - Mancha de lixívia - Requerente: Pedro José Ferreira Seiceira – Apreciação – Proposta de indeferimento – Audiência prévia.

122 - Presente requerimento apresentado em 15-12-2017, de Pedro José Ferreira Seiceira, titular do NIF 259087203, residente na Rua da Moita, n.º 4, Cavalinhos, Maceira, no qual requer o ressarcimento do valor de um blusão, com fundamento no facto de, em 15-12-2017, aquando da utilização dos sanitários públicos da Casa da Cultura, o mesmo ter ficado manchado por causa da lixívia.

Presentes informações da DAM-Divisão Administrativa e de Modernização e da DCD-Divisão de Cidadania e Desenvolvimento que analisaram o pedido e se pronunciaram sobre o mesmo.

Presente Informação jurídica n.º I/233/2018-FO, de 31-01-2018, na qual se apreciam os factos invocados e as provas produzidas, e se conclui pela não verificação cumulativa de todos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual (das pessoas coletivas públicas no domínio dos atos de gestão pública) designadamente o pressuposto da existência de um facto

ilícito praticado por ação ou omissão, pelos serviços municipais e seus trabalhadores e o pressuposto da existência de um nexo de causalidade entre esse eventual facto ilícito e o dano alegadamente sofrido pelo requerente.

A Câmara Municipal apreciou e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes da citada informação n.º I/233/2018 - FO, que fica anexa (Anexo 5) à presente ata e que aqui se dá para todos os legais efeitos por integralmente reproduzida, delibera notificar o requerente, Pedro José Ferreira Seiceira, do presente projeto de decisão final de indeferimento do seu pedido, concedendo-lhe o prazo de 10 dias úteis a contar do recebimento da notificação, para dizer por escrito, o que se lhe oferecer sobre o mesmo, nos termos do previsto nos artigos 121.º e 122.º do CPA-Código do Procedimento Administrativo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

36. Pedido de indemnização por danos causados em viatura automóvel – Requerente: Carlos Manuel Patrício Ribeiro – Buraco na faixa de rodagem – Responsabilidade civil – Deferimento.

123 - Presente requerimento recebido em 24-10-2017, de Carlos Manuel Patrício Ribeiro, titular do NIF 238571165, residente na Rua da Escola, n.º 609, Ferreiros, Borbela, 5000-062 Vila Real, no qual descreve as circunstâncias em que ocorreram os danos que sofreu na sua viatura automóvel, da marca BMW, quando no dia 15 de outubro de 2017, pelas 20H30, circulava na Rua do Parque do Engenho, Engenho, desta cidade, e passou sobre um buraco no pavimento que lhe causou um rasgo no pneu traseiro direito.

Presente informação da DISU-Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datada de 28-11-2017, confirmativa dos factos descritos pelo lesado.

Presente informação jurídica n.º I/197/2018-FO, na qual se apreciam os factos invocados pelo requerente e as provas produzidas, e se conclui pela verificação cumulativa dos pressupostos da responsabilidade civil extracontratual das pessoas coletivas públicas no domínio dos atos de gestão pública, devendo o município da Marinha Grande indemnizar o lesado, Carlos Manuel Patrício Ribeiro, pelos danos que provavelmente não teria sofrido se não fosse a lesão causada pelo evento.

A Câmara Municipal apreciou e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes da citada informação n.º I/197/2018 – FO, que aqui se dá por integralmente reproduzida e que fica anexa à ata (Anexo 6), delibera deferir o pedido de indemnização no valor de 237,50€ (duzentos e trinta e sete euros e cinquenta cêntimos), com IVA incluído, apresentado por Carlos Manuel Patrício Ribeiro, titular do NIF 238571165, em virtude de se mostrarem verificados todos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual do Estado e Demais Pessoas Coletivas de Direito Público dando-se, assim, por verificada a reconstituição da situação que existiria se não se tivesse verificado o evento que obrigou à reparação.

Mais delibera determinar ao lesado que aquando do recebimento do montante da indemnização seja portador do original da fatura/recibo, comprovativo do pagamento da reparação.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

AÇÃO SOCIAL

37. Correção e aprovação da listagem definitiva de candidatos admitidos no âmbito do procedimento concursal para atribuição de 19 fogos de habitação social

124 - Presente ata n.º 3 da comissão de apreciação das candidaturas do procedimento concursal supra identificado, datada de 8 de fevereiro de 2018, a dar conta da necessidade de correção da listagem definitiva de candidatos admitidos no âmbito do procedimento concursal para atribuição dos 19 fogos de habitação social.

Considerando que a 1 de março de 2017, foi deliberado proceder à abertura de procedimento concursal para a atribuição de 19 fogos de habitação social.

Considerando que o concurso esteve aberto por um período de 30 dias úteis, nos termos do n.º 3 do artigo 7.º do Programa de Concurso, tendo o prazo de candidaturas terminado a 28 de abril do corrente ano.

Considerando que durante o prazo indicado, foram rececionadas 98 candidaturas.

Considerando que desses 98 candidatos foram excluídos 24, nos termos das alíneas c) e d) do n.º 1 do artigo 5, f) do n.º 1 do artigo 10.º e g) do n.º 1 do artigo 6.º do Programa de Concurso e ainda um outro, pelo facto de ter deixado de residir no concelho.

Considerando ainda que desistiram do concurso, 3 candidatos.

Considerando que a listagem provisória de candidatos admitidos e excluídos foi aprovada por unanimidade em reunião de câmara de 28 de julho do corrente ano.

Considerando que decorrido o período de audiência prévia dos interessados, alguns dos candidatos apresentaram alegações, tendo estas sido objeto de análise e de tomada de decisão por parte da Comissão de Apreciação, designada para o efeito.

Considerando o previsto no n.º 9 do artigo 9.º do Programa de Concurso de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande em Regime de Arrendamento Apoiado, conjugado com o n.º 5 do artigo 16.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, ainda em vigor, foi aprovada em reunião de câmara de 22 de setembro, a listagem definitiva dos candidatos admitidos e excluídos do concurso de atribuição de habitação social, com o devido reposicionamento de alguns dos candidatos, ainda que na qualidade de suplentes e admissão de outros que se encontravam na qualidade de suplentes.

Considerando que nessa mesma reunião, foi ainda aprovada a afetação das tipologias disponíveis pelos candidatos admitidos, bem como a aplicação dos respetivos valores das rendas.

Considerando que através de ofício com o registo de entrada E/8837/2017, de 29 de setembro do corrente ano, uma das candidatas admitidas para um fogo de tipologia T3, mais concretamente, Svitlana Horova, veio comunicar por escrito, a sua desistência.

Considerando que ao renunciar a habitação que lhe fora destinada sita na Rua Professor Melo Vieira Bloco 3 3.º Dto, Casal de Malta, a referida candidata fica impedida de concorrer a novo concurso desta natureza, quer nessa qualidade, quer na de membro de agregado familiar, pelo período de 2 anos.

Considerando que a recusa da ocupação da habitação atribuída leva ainda à exclusão da candidata da listagem definitiva, conforme determina a alínea c) do n.º 1 do artigo 21.º do atual Regulamento de Atribuição, Gestão e de Utilização das habitações Sociais do Município da Marinha Grande.

Considerando que a desistência da referida candidata implica que o suplente imediatamente a seguir suba automaticamente na listagem definitiva.

Considerando que na sequência desta desistência, a comissão de apreciação ao analisar qual seria o candidato imediatamente a seguir na listagem definitiva para vir a ocupar o fogo que havia sido recusado, veio a constatar que quer na listagem provisória, quer na definitiva havia ocorrido um erro na afetação da tipologia habitacional à candidata suplente Susana Margarida Caetano Dias.

Considerando que em ambas as listagens, a candidata figura como suplente para tipologia T2, quando na verdade o seu agregado familiar é constituído pela própria e três filhos menores, dois do sexo feminino e um do sexo masculino, sendo por isso, a tipologia adequada um T3.

Considerando que a concurso existiam 9 fogos de tipologia T3 disponíveis;

Considerando que uma das candidatas admitida para tipologia T3 desistiu, ficando um dos fogos disponível;

Considerando que a candidata Susana Margarida Caetano Dias, obteve uma pontuação correspondente a 53 pontos e por lapso da comissão de apreciação ficou na condição de suplente para uma tipologia T2, quando efetivamente a tipologia correta era a tipologia T3;

Considerando que não tendo ocorrido este lapso, a mesma já teria figurado como candidata admitida, quer na listagem provisória, quer na listagem definitiva;

Considerando que com a devida correção estamos a sanar um erro assumido pela comissão de apreciação e a conferir à candidata em causa um direito consagrado, no artigo 65.º da Constituição da República Portuguesa, que é o Direito à Habitação;

Considerando, por fim, que com a devida correção não estamos a prejudicar quaisquer outros candidatos.

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera nos termos do n.º 9 do artigo 9.º do Programa de Concurso de Atribuição de Habitações Propriedade do Município da Marinha Grande em Regime de Arrendamento Apoiado, conjugado com o n.º 5 do artigo 16.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, à data em vigor, aprovar a listagem definitiva, devidamente corrigida, dos candidatos admitidos e excluídos do concurso de atribuição de habitação social, que se anexa, onde consta a tipologia habitacional a atribuir à candidata Susana Margarida Caetano Dias que passa da condição de candidata suplente a candidata admitida, na sequência da desistência da candidata Svitlana Horova.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

38. Revisão do valor da renda, sob o regime de arrendamento apoiado, de José Manuel Rodrigues, inquilino residente na Rua Júlio Braga Barros, Blc 5, 1º a, Casal de Malta, por motivo de alteração do rendimento do agregado familiar.

125 - Presente informação n.º 418 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – DCD - datada de 15 de fevereiro de 2017, a dar conta da necessidade de proceder à revisão do valor da renda da habitação em epígrafe, por motivo de alteração no rendimento mensal corrigido do agregado familiar.

Considerando que a Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação de fim social e revoga a Lei n.º 21/2009, de 20 de maio e os Decretos-Lei n.º 608/73, de 14 de novembro e 166/93, de 7 de maio;

Considerando que nos termos do artigo 3.º da referida Lei, são apresentadas as definições/ponderações, a ter em conta para o cálculo do valor da renda;

Considerando que o seu artigo 21.º, prevê que o valor das rendas em regime do arrendamento apoiado é determinado pela aplicação de uma taxa de esforço ao rendimento mensal corrigido do agregado familiar, sendo a taxa de esforço (T) o valor arredondado à milésima, que resulta da seguinte fórmula:

$T = 0,067 \times (RMC/I.A.S.)$ em que:

T = taxa de esforço

RMC = Rendimento Mensal Corrigido do Agregado Familiar

I.A.S. = indexante dos Apoios Sociais (428,90€).

Considerando que ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do art.º 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual, há lugar à revisão da renda, a pedido do arrendatário, nas situações de alteração na composição ou nos rendimentos do agregado familiar.

Considerando a alteração, no rendimento mensal do agregado familiar;

Considerando que nos termos do n.º 6 do artigo 23.º da mesma Lei, a renda atualizada ou revista, nos termos dos números anteriores, é devida no segundo mês subsequente ao da data de receção, pelo arrendatário, da comunicação do senhorio com o respetivo valor.

Considerando, por fim, os cálculos que se encontram demonstrados na ficha da inquilina e que têm por base os documentos facultados pela própria.

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso da competência prevista na alínea ee) do n.º1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março e, em conformidade com o artigo 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual proceder à revisão da renda de, José Manuel Rodrigues sendo o valor a aplicar o constante do quadro seguinte:

RUA JÚLIO BRAGA BARROS, BLC 5

MORADOR	FRAÇÃO	DATA CONTRATO	RENTA/17	RENTA/18
José Manuel Rodrigues	1º A	01/08/1983	173.21€	41,86€

Mais delibera, em conformidade com o n.º 6 do art.º 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual que a aplicação da referida renda entre em vigor a partir do 1.º dia útil de março de 2018.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

39. Análise classificação e proposta de admissão da candidatura da Associação Sindical União dos Reformados Pensionistas e Idosos: Almoço de Natal do reformado

126 - Presente informação n.º 276/2018 da DCD, datada de 31 de janeiro, bem como relatório da Comissão de Avaliação de Candidaturas nomeada através do despacho da Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande n.º 523/2017, datado de 14 de novembro, relativa à proposta de admissão da candidatura da Associação mencionada em epígrafe apresentada, nos termos do artigo 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por regulamento.

Considerando que nos termos do n.º 1 do artigo 11.º do regulamento, as candidaturas devem ser entregues até ao dia 30 de setembro do ano anterior ao da execução do programa proposto;

Considerando que a Associação através do registo de entrada E/8794/2017, datado de 28 de setembro enviou o seu Plano de Atividades para 2018, do qual constava de entre outras, a realização do Almoço de Natal para 2018;

Considerando que, em data posterior e designadamente a 21 de novembro de 2017, através do registo de entrada E/10515/2017/2, a A.S.U.R.P.I. entregou a sua candidatura no âmbito do programa de apoio pontual, justificando os motivos pelos quais não foi possível entregar as suas candidaturas dentro do prazo estipulado no regulamento;

Considerando que o incumprimento do prazo de entrega das candidaturas se deveu à falta de informação por parte da anterior direção, entendendo-se que por esse motivo não deveria ser a atual direção da ASURPI prejudicada;

Considerando que a presente candidatura com o registo de entrada E/10515/2017/2, datada de 21 de novembro se encontra devidamente instruída com os elementos requeridos nos termos do n.º 3 do artigo 12.º do regulamento;

Considerando que nos termos do n.º 1 e n.º 2 do artigo 5.º do regulamento, aprovado em reunião de câmara de 13 de dezembro de 2012, com as alterações introduzidas e aprovadas em reunião de 14 de agosto de 2014 e em Assembleia Municipal de 29 de setembro de 2014, as entidades que tenham a sua sede e/ou desenvolvam atividades no concelho/instalações na Marinha Grande com caráter regular ou pontual, estejam legalmente constituídas e revistam a forma jurídica a que seja inerente a não prossecução de fins lucrativos, podem beneficiar de apoios ou benefícios financeiros;

Considerando que o regulamento prevê ainda, nos termos do artigo 12.º, a forma de instrução das candidaturas, bem como os documentos que a devem acompanhar;

Considerando que no n.º 4 e 5 do artigo 13.º a classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder;

Considerando que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos, cabendo à Câmara Municipal deliberar sobre a decisão final de admissão ou exclusão nos termos do n.º 4 do artigo 14.º do regulamento;

Considerando que a atribuição de qualquer apoio ou benefício depende da demonstração pela entidade beneficiária do cumprimento das suas obrigações fiscais, de contribuições para a segurança social e de quaisquer obrigações de natureza pecuniária perante a entidade concedente (artigo 6.º);

Considerando que a candidatura da A.S.U.R.P.I. foi avaliada e classificada, nos termos do disposto no artigo 13.º e 14.º do regulamento, tendo-se obtido o seguinte resultado:

APOIO PONTUAL

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO	PROPOSTA
E/10515/2017/2	502870419	A.S.U.R.P.I.	Almoço de Natal do Reformado	28,6	ADMITIR

Considerando que o RMAAB determina no n.º 4 e 5 do artigo 13.º que a classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder. Nos termos do n.º 6 do artigo 13.º só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos;

Considerando que nos termos do n.º 5 do artigo 14.º e n.º 1 do artigo 15.º do RMAAB, as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente, estando o mesmo limitado pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (alterada pelas leis nº 22/2015, de 17 de março, lei nº 66 –B/2012, de 31 de dezembro, Lei nº 64/2012, de 20 de dezembro e Lei nº 20/2012, de 14 de maio);

Considerando o relatório da comissão de apreciação das candidaturas a Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, a respetiva grelha de avaliação com a pontuação parcial e classificação final, bem como cópia do despacho de nomeação da comissão de avaliação, em anexo.

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do nº 6 do artigo 13.º e ainda do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

APOIO PONTUAL

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO	PROPOSTA
E/10515/2017/2	502870419	A.S.U.R.P.I.	Almoço de Natal do Reformado	28,6	ADMITIR

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.

A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abstermo-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

40. Admissão de candidaturas a apoios a entidades de natureza social – Sport Operário Marinhense Palestra “Autismo rocks!”

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** e o **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** comunicaram o seu impedimento, nos termos do previsto no artigo 69.º, n.º 1, alínea a), do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que fazem parte dos órgãos sociais do Sport Operário Marinhense.

A **Sr.ª Presidente** declarou o impedimento, nos termos do artigo 70.º, n.º 4 do mencionado Código.

127 - Presente informação n.º338/2018 da DCD, bem como relatório da Comissão de Avaliação de Candidaturas nomeada através do Despacho n.º 523 /2017, datado de 14 de novembro de 2017, da Sr.ª Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande Dr.ª Cidália Ferreira, relativa à proposta de admissão de candidatura nos termos do artigo 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por regulamento;

Considerando que foi objeto de avaliação pela comissão de avaliação a candidatura:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/820/2018	501417702	S.O.M.	PALESTRA "AUTISMO ROCKS!"	30,4

Considerando a pontuação obtida;

Considerando que a candidatura cumpre os requisitos previstos no regulamento;

Considerando que a classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder, conforme definido no n.º 4 e 5 do artigo 13.º do regulamento;

Considerando que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos;

Considerando ainda que nos termos do n.º 4 do artigo 14.º do regulamento, a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas é tomada pela Câmara Municipal, em função da classificação final obtida em sede de avaliação.

A Câmara Municipal analisou o relatório da Comissão de Avaliação e a respetiva proposta, e delibera, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e dos n.ºs 4 e 6 do artigo 13.º e ainda do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO	PROPOSTA
E/820/2018	501417702	S.O.M.	PALESTRA "AUTISMO ROCKS!"	30,4	Admitir

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor e 1 abstenção da Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro, que proferiu a seguinte declaração de voto:

"A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda

com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.

A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abstermo-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

41. Atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra - Sport Operário Marinhense Palestra “Autismo rocks!”

A **Sr.^a Vereadora Alexandra Dengucho** e o **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** comunicaram o seu impedimento, nos termos do previsto no artigo 69.º, n.º 1, alínea a), do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que fazem parte dos órgãos sociais do Sport Operário Marinhense.

A **Sr.^a Presidente** declarou o impedimento, nos termos do artigo 70.º, n.º 4 do mencionado Código.

128 - Presente informação n.º 351/2018, da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, na qual se dá conhecimento à Câmara Municipal que, a candidatura com o registo de entrada E/820/2018, do Sport Operário Marinhense, admitida em reunião de Câmara de 19 de fevereiro de 2018, preenche os requisitos previstos no nº 6 do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por regulamento, propondo a atribuição do apoio financeiro à entidade, para a realização da Palestra “Autismo Rocks!” a 28 de fevereiro de 2018.

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido;

O n.º 1 do artigo 15.º do regulamento define que os apoios ou benefícios, em qualquer um dos tipos de programa previstos, estão limitados pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Considerando que a referida candidatura se reveste de considerável interesse municipal pela forma como promove o conhecimento dos participantes relativamente ao tema em discussão, mas também em termos de promoção do município;

Considerando os critérios definidos no regulamento;

Considerando que a entidade apresentou a candidatura de forma fundamentada a apoios ou benefícios na modalidade de apoio pontual para realização da Palestra “Autismo Rocks!”;

Considerando a existência de dotação financeira na rubrica 2018/A/89;

Atendendo ao exposto, a Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda no íntegra, e delibera ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, conceder um apoio financeiro de 300€ (trezentos euros) ao S.O.M., NIF 501417702, para o pagamento das despesas com os oradores/artistas no âmbito da realização da Palestra “Autismo Rocks!”, nos termos da candidatura com o registo de entrada E/820/2018, cuja verba se encontra prevista na ação 2018/A/89 do Plano Municipal de Atividades.

Mais delibera, em cumprimento do previsto no artigo 18º e nº 1 do art.º 20º do regulamento, aprovar a minuta do contrato programa em anexo, a celebrar com a entidade beneficiária.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor e 1 abstenção da Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas

*admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.
A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

Somos incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abstermo-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURA

42. Proposta de fixação de preços de bilhetes para espetáculos de março, abril e maio de 2018 na Casa da Cultura Teatro Stephens.

Sobre este ponto registaram-se as seguintes intervenções:

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** questionou qual a política cultural para a Casa da Cultura e se é intenção da Câmara continuar a contratar artistas de grandeza nacional para este espaço.

A **Sr.ª Presidente** explicou quais as condições colocadas para a atuação destes artistas e que a Casa da Cultura é o espaço de que a Câmara dispõe com as características necessárias, deixando no ar a questão: deve a Câmara deixar de trazer estes artistas só porque não tem uma sala de maior dimensão?

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** propôs então que seja requalificado o pavilhão 1 do Parque Municipal de Exposições e que seja dedicado à cultura, uma vez que o pavilhão 3 se deverá dedicar ao desporto. Lamentou ainda que a Câmara, ao longo dos anos, só tenha construído “auditoriozinhos” para 200/300 pessoas, e assim não consiga albergar eventos de grande dimensão.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** referiu que esta proposta não é novidade, porque já aqui tem vindo a falar do mesmo. Entende que se deve avaliar primeiro se o pavilhão tem ou não condições para requalificar. Se não tiver dever-se-á, então, pensar em construir de raiz.

Seguidamente foi colocada a votação a seguinte proposta:

129 - Assumindo o protagonismo que detém na memória e identidade marinhenses, pretende-se que a Casa da Cultura - Teatro Stephens venha a determinar os espíritos criativos locais, a promover e a incentivar a partilha de saberes e experiências, e a potenciar os horizontes de todos os que se revêem numa programação regular, eclética e enriquecedora. Acima de tudo trabalhar para que este equipamento seja um pólo de desenvolvimento cultural e um garante na formação de públicos, fundamentais na sua sustentabilidade futura. Nesse sentido propomos que a programação apresentada sendo balizada por princípios de rigor orçamental, permita dar a conhecer ao público marinhense projetos que se destaquem na cena cultural local, regional e/ou nacional.

Por forma a possibilitar a venda de bilhetes, e atendendo a que a contratualização dos espetáculos referidos no quadro seguinte se encontra formalizada ou em fase final, fazendo parte da proposta de programação e de fixação de preço de bilhetes de ingresso apresentada a coberto da I/2973/26.10.2017, e que teve o correspondente despacho de aprovação da Sr.^a Vereadora da Cultura, Dr.^a Célia Guerra datado de 10 de novembro;

Que o Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens designadamente o seu artigo 6.º, refere que este é um equipamento cultural sob gestão da Câmara Municipal, e o n.º 9 artigo 26.º define que o preço dos bilhetes, a fixar por deliberação da Câmara Municipal, está limitado a um preço mínimo de 1 euros e a um preço máximo de 30€;

Que de acordo com a alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é da competência da Câmara Municipal fixar os preços da prestação de serviços ao público pelos serviços municipais ou municipalizados;

Que segundo a alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da mesma lei, compete ainda à Câmara Municipal “criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, (...) de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal”;

Propõe-se a fixação do preço para os bilhetes de ingresso nos eventos de março, abril e maio de 2018 na CCTS, de acordo com a seguinte tabela:

MARÇO	Tipologia	Projeto	Valor Cachet	Preço do bilhete proposto
3 - 16h00	MÚSICA	ORQUESTRA JUVENIL MG	S/ cachet	1,00€
24 – 16h00	TEATRO	O PINÓQUIO	3.000,00€ (isento IVA)	3,00€
29 – 21h30	MÚSICA	CANTOS DA QUARESMA	1.845,00€ (c/IVA)	5,00€
ABRIL				
6 - 21h30	MÚSICA	PORTUGOESAS – 36ª Edição Festival de Música em Leiria	2.829,00 (c/IVA)	8,00€
MAIO				
5 – 21h30	MÚSICA	ANDRÉ SARDET	7.380,00 (c/ IVA)	15€
20 – 11h00	INFANTIL	“MÃO VERDE” CAPICUA & PEDRO GERALDES	4.735,50€ (c/ IVA).	3,00€

A Câmara Municipal da Marinha Grande, analisou a proposta e delibera ao abrigo das alíneas e) e ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através da interpretação por assimilação extensiva, ou, de modo mais lato, no exercício da competência para a gestão de equipamentos e serviços municipais, aprovar o preço acima indicado para entrada nos espetáculos de março, abril e maio de 2018 a decorrer na Casa da Cultura Teatro Stephens.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

43. Doação do conjunto documental destinado a integrar o acervo do Arquivo Municipal da Marinha Grande

130 - Presente informação nº I/3282/2017 de 27 de novembro, da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento - Área de Cultura, a informar que o Sr. Adelino Caravela contactou o Arquivo Municipal e manifestou a vontade de doar um conjunto de documentos de assuntos variados relacionados com a Marinha Grande, com o período cronológico entre séc. XVIII e 1910, nomeadamente:

“1. Planta geral da Estação de Marinha Grande

- Pelo tipo de papel e pela referência às instalações de Duboscq, Beauvais & Pelletier deduzimos pertencer aos inícios do séc. XX.

Documento manuscrito e a cores, contém a localização da estação de caminho-de-ferro e área envolvente. Não existe qualquer indicação sobre o autor nem proveniência mas cremos estar relacionada com a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses pelo limite dos terrenos que lhe pertencem que aí se encontra indicado.

2. Postal

Bilhete-postal com a imagem parcial da Praça Guilherme Stephens em dia de mercado.

3. Recibo da Administração dos Pinhais de Leiria

Sem data, comprova o pagamento pelos produtos resinosos, nomeadamente aguarrás.

4. Letra da Real Fábrica de Vidros (1828)

Emitida pelo administrador da fábrica para pagamento.

5. Fatura proveniente da Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande (1876)

Comprovativo da venda de vidraça cortada

6. Telegrama (1873)

Documento oficial transmitido de Lisboa e recebido pela Estação Telegráfica da Marinha Grande, dirigido à Administração das Matas.

7. Bilhete-postal (1885)

Dirigido à Câmara Municipal de Leiria e proveniente da Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande.

Estes dois últimos documentos encontram-se acondicionados em folhas e inseridos em bolsa plástica.

8. Carta dirigida ao Administrador do Concelho de Alcobaça (1910)

Proveniente da Exploração das Matas Nacionais, de Marinha Grande. Contém o envelope com o carimbo dos serviços.”

Aos bens descritos, a doar à autarquia, foi atribuído pelo doador, o valor de 200 Euros.

A Câmara Municipal analisou a informação e atendendo a que a natureza dos documentos e o seu período cronológico revestem a sua importância para o conhecimento do tipo de comunicações utilizadas e, no caso da planta, da realidade existente numa zona particular da então freguesia, delibera, ao abrigo da alínea j) do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013

de 12 de setembro, aceitar a doação do conjunto documental de Adelino Caravela, destinado a integrar o acervo do Arquivo Municipal da Marinha Grande, pelo valor total de 200 Euros.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

44. Admissão de candidaturas a apoios a entidades de natureza cultural – Sport Operário Marinhense - Apoio anual dança música e teatro

A Sr.^a Vereadora Alexandra Dengucho e o Sr. Vereador Aurélio Ferreira comunicaram o seu impedimento, nos termos do previsto no artigo 69.º, n.º 1, alínea a), do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que fazem parte dos órgãos sociais do Sport Operário Marinhense.

A Sr.^a Presidente declarou o impedimento, nos termos do artigo 70.º, n.º 4 do mencionado Código.

131 - Presente informação n.º 68/2018 da DCD, bem como relatório da Comissão de Avaliação de Candidaturas nomeada através do Despacho n.º 523 /2017, datado de 14 de novembro de 2017, da Sr.^a Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande Dr.^a Cidália Ferreira, relativa à proposta de admissão de candidatura nos termos do artigo 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por regulamento;

Considerando que foi objeto de avaliação pela comissão de avaliação a candidatura do SOM para apoio anual às atividades prosseguidas pelos departamentos de dança, música e teatro:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/8904-A/2017	501417702	S.O.M.	DANÇA	36,6
E/8904-B/2017			MÚSICA	37
E/8904-C/2017			TEATRO	36,6

Considerando a pontuação obtida;

Considerando que a candidatura cumpre os requisitos previstos no regulamento;

Considerando que a classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder, conforme definido no n.º 4 e 5 do artigo 13.º do regulamento;

Considerando que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos;

Considerando ainda que nos termos do n.º 4 do artigo 14.º do regulamento, a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas é tomada pela Câmara Municipal, em função da classificação final obtida em sede de avaliação.

A Câmara Municipal analisou o relatório da Comissão de Avaliação e a respetiva proposta, e delibera, ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e dos n.ºs 4 e 6 do artigo 13.º e ainda do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO	PROPOSTA
E/8904-A/2017	501417702	S.O.M.	DANÇA	36,6	Admitir
E/8904-B/2017			MÚSICA	37	Admitir
E/8904-C/2017			TEATRO	36,6	Admitir

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor e 1 abstenção da Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.

A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abstermo-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

45. Admissão de candidaturas a apoios a entidades de natureza cultural – Sport Operário Marinhense - Apoio a infraestruturas

A **Sr.^a Vereadora Alexandra Dengucho** e o **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** comunicaram o seu impedimento, nos termos do previsto no artigo 69.º, n.º 1, alínea a), do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que fazem parte dos órgãos sociais do Sport Operário Marinhense.

A **Sr.^a Presidente** declarou o impedimento, nos termos do artigo 70.º, n.º 4 do mencionado Código.

132 - Presente informação n.º 345/2018 da DCD, bem como relatório da Comissão de Avaliação de Candidaturas nomeada através do Despacho n.º 523 /2017, datado de 14 de novembro de 2017, da Sr.^a Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande Dr.^a Cidália Ferreira, relativa à proposta de admissão de candidatura nos termos do artigo 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por regulamento.

Considerando que foi objeto de avaliação pela comissão de avaliação a candidatura do SOM para apoio a infraestruturas de modo a promover obras de beneficiação e conservação no edifício onde decorrem as atividades dos departamentos de dança, música e teatro:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/1050/2018	501417702	S.O.M.	APOIO A INFRAESTRUTURAS	33,8

Considerando a pontuação obtida;

Considerando que a candidatura cumpre os requisitos previstos no regulamento;

Considerando que a classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder, conforme definido no n.º 4 e 5 do artigo 13.º do regulamento;

Considerando que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos;

Considerando ainda que nos termos do n.º 4 do artigo 14.º do regulamento, a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas é tomada pela Câmara Municipal, em função da classificação final obtida em sede de avaliação.

A Câmara Municipal analisou o relatório da Comissão de Avaliação e a respetiva proposta, e delibera, ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e dos n.ºs 4 e 6 do artigo 13.º e ainda do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO	PROPOSTA
E/1050/2018	501417702	S.O.M.	APOIO A INFRAESTRUTURAS	33,8	Admitir

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor e 1 abstenção da Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.

A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abstermo-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

46. Análise, classificação e proposta de admissão de candidatura da Sociedade de Benificência e Recreio 1º de Janeiro para reabilitação de instalações

133 - Presente informação n.º I/330/2018 da DCD, datada de 05 de fevereiro de 2018, bem como o relatório da Comissão de Avaliação de Candidaturas nomeada através do despacho do Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande n.º 523/2017, datado de 14 de novembro de 2017, relativa à proposta de admissão e exclusão de candidaturas nos termos do artigo 13.º e

14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por regulamento.

Considerando:

- Que foi rececionada a seguinte candidatura a apoios a projetos de carácter desportivo, que cumpre os requisitos definidos nos artºs 5º, 6º, 7º, 10º, 11º e 12º do Regulamento.

Infraestruturas

REGISTO	DATA DE ENTRADA	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	TIPO
E/8843/2017	28/09/2017	Sociedade Beneficência e Recreio 1º Janeiro	501623051	Reabilitação das Instalações	Infraestruturas

- Que nos termos do n.º 1, n.º 2 e n.º 4 do artigo 14.º do regulamento, a avaliação de candidaturas é efetuada por uma comissão designada por despacho do Presidente da Câmara Municipal, cabendo à Câmara Municipal a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas, mediante a apresentação de relatório e proposta fundamentada pela comissão de apreciação de candidaturas.
- Que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos.
- Que a classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder, conforme definido no n.º 4 e 5 do artigo 13.º do regulamento.
- O relatório, grelhas de pontuação e respetiva proposta de admissão em anexo da Comissão de apreciação de candidaturas;
- Que as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente, conforme o disposto pelo n.º 5 do artigo 14.º e n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, estando o mesmo limitado pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

Infraestruturas

REGISTO	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	PONTOS	PROPOSTA
E/8843/2017	Sociedade Beneficência e Recreio 1º Janeiro	501623051	Reabilitação das Instalações	39	Admitir

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.

A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abstermo-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

47. Admissão de candidatura para atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza cultural – Fábrica Igreja Paroquial da freguesia de Pataias – Capela da Moita

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** questionou o facto de este apoio ser para uma festa, o que contraria o critério adotado anteriormente.

A **Sr.ª Presidente** esclareceu que se trata ainda da admissão da candidatura, o que não significa que seja para apoiar.

Seguidamente foi colocada a votação a seguinte proposta:

134 - Presente informação n.º 238/2018 da DCD, datada de 29 de janeiro de 2018, bem como relatório da comissão de apreciação das candidaturas a apoios ou benefícios a entidades de

natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, nomeada através do Despacho da Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande n.º 523/2017, datado de 14 de novembro, relativa à proposta de admissão da candidatura da Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Pataias, nos termos do artigo 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por regulamento.

A classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder, conforme definido no nº 4 e 5 do artigo 13º do regulamento.

Nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos.

Após a avaliação efetuada, foi obtido o seguinte resultado:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/8914/2017	501158707	Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Pataias	Festa de S. Silvestre 2018	28,4

Atendendo a que nos termos do n.º 4 do artigo 14.º do regulamento, a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas é tomada pela Câmara Municipal propõe-se, em função da classificação final obtida em sede de avaliação, a admissão da candidatura apresentada pela Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Pataias.

As candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente conforme disposto pelo n.º 5 do artigo 14.º e n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, estando o mesmo limitado pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente.

Em anexo é apresentado o relatório da comissão de apreciação das candidaturas a Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, a respetiva grelha de avaliação, com a pontuação parcial e classificação final, bem como cópia do despacho de nomeação da comissão de avaliação.

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º e ainda do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente.

Atividades Pontuais:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO	PROPOSTA
E/8914/2017	501158707	Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Pataias	Festa de S. Silvestre 2018	28,4	Admitir

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.

A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abstermo-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

TEMPOS LIVRES E DESPORTO

48. Análise, classificação e proposta de admissão de candidaturas relativas a 2018 - Desporto - Clube de Atletismo da Marinha Grande - 13º Corta Mato Jovem Rota do Vidro

135 - Presente informação n.º I/307/2018 da DCD, datada de 02 de fevereiro de 2018, bem como o relatório da Comissão de Avaliação de Candidaturas nomeada através do despacho do

Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande n.º 523/2017, datado de 14 de novembro de 2017, relativa à proposta de admissão e exclusão de candidaturas nos termos do artigo 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por regulamento.

Considerando:

- Que foi rececionada a seguinte candidatura a apoios a projetos de caráter desportivo, que cumpre os requisitos definidos nos artºs 5º, 6º, 7º, 9º, 11º e 12º do Regulamento.

Atividades Pontuais

REGISTO	DATA DE ENTRADA	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	TIPO
E.8737.2017	29/09/2017	Clube Atletismo Mª Grande	503912530	13º Corta Mato Jovem Rota Vidro	Pontual

- Que nos termos do n.º 1, n.º 2 e n.º 4 do artigo 14.º do regulamento, a avaliação de candidaturas é efetuada por uma comissão designada por despacho do Presidente da Câmara Municipal, cabendo à Câmara Municipal a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas, mediante a apresentação de relatório e proposta fundamentada pela comissão de apreciação de candidaturas.
- Que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos.
- Que a classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder, conforme definido no n.º 4 e 5 do artigo 13.º do regulamento.
- O relatório, grelhas de pontuação e respetiva proposta de admissão em anexo da Comissão de apreciação de candidaturas;
- Que as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente, conforme o disposto pelo n.º 5 do artigo 14.º e n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, estando o mesmo limitado pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

Atividades Pontuais:

REGISTO	ENTIDADE	OBJETIVO	NIF	PONTOS	PROPOSTA
E.8737.2017	Clube Atletismo Mª Grande	13º Corta Mato Jovem Rota Vidro	503912530	31,4	Admitir

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.

A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abstermo-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

49. Análise, classificação e proposta de admissão de candidatura relativa a 2018 - Desporto - Clube de Atletismo da Marinha Grande - “6º Meeting Fernando Alves/3º Meeting Jovem”

136 - Presente informação n.º I/308/2018 da DCD, datada de 02 de fevereiro de 2018, bem como o relatório da Comissão de Avaliação de Candidaturas nomeada através do despacho do Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande n.º 523/2017, datado de 14 de novembro de 2017, relativa à proposta de admissão e exclusão de candidaturas nos termos do artigo 13.º e

14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por regulamento.

Considerando:

- Que foi rececionada a seguinte candidatura para apoio a projetos de caráter desportivo que cumpre os requisitos definidos nos artºs 5º, 6º, 7º, 9º, 11º e 12º do Regulamento.

Atividades Pontuais

REGISTO	DATA DE ENTRADA	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	TIPO
E.8740.2017	29/09/2017	Clube Atletismo Mª Grande	503912530	6º Meeting F. Alves/3º Meeting Jovem	Pontual

- Que nos termos do n.º 1, n.º 2 e n.º 4 do artigo 14.º do regulamento, a avaliação de candidaturas é efetuada por uma comissão designada por despacho do Presidente da Câmara Municipal, cabendo à Câmara Municipal a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas, mediante a apresentação de relatório e proposta fundamentada pela comissão de apreciação de candidaturas.
- Que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos.
- Que a classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder, conforme definido no n.º 4 e 5 do artigo 13.º do regulamento.
- O relatório, grelhas de pontuação e respetiva proposta de admissão em anexo da Comissão de apreciação de candidaturas;
- Que as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente, conforme o disposto pelo n.º 5 do artigo 14.º e n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, estando o mesmo limitado pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

Atividades Pontuais:

REGISTO	ENTIDADE	OBJETIVO	NIF	PONTOS	PROPOSTA
E.8740.2017	Clube Atletismo Mª Grande	6º Meeting F. Alves 3º Meeting Jovem	503912530	33,2	Admitir

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.

A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abstermo-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

50. Análise, classificação e proposta de admissão de candidaturas relativas a 2018 - Desporto - Clube de Atletismo da Marinha Grande - Convívio Atletismo 1º Ciclo

137 - Presente informação n.º I/309/2018 da DCD, datada de 02 de fevereiro de 2018, bem como o relatório da Comissão de Avaliação de Candidaturas nomeada através do despacho do Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande n.º 523/2017, datado de 14 de novembro de 2017, relativa à proposta de admissão e exclusão de candidaturas nos termos do artigo 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por regulamento.

Considerando:

- Que foi rececionada a seguinte candidatura a apoios a projetos de carácter desportivo, que cumpre os requisitos definidos nos artºs 5º, 6º, 7º, 9º, 11º e 12º do Regulamento.

Atividades Pontuais

REGISTO	DATA DE ENTRADA	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	TIPO
E.8742.2017	29/09/2017	Clube Atletismo Mª Grande	503912530	Convívio Atletismo 1º Ciclo	Pontual

- Que nos termos do n.º 1, n.º 2 e n.º 4 do artigo 14.º do regulamento, a avaliação de candidaturas é efetuada por uma comissão designada por despacho do Presidente da Câmara Municipal, cabendo à Câmara Municipal a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas, mediante a apresentação de relatório e proposta fundamentada pela comissão de apreciação de candidaturas.
- Que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos.
- Que a classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder, conforme definido no n.º 4 e 5 do artigo 13.º do regulamento.
- O relatório, grelhas de pontuação e respetiva proposta de admissão em anexo da Comissão de apreciação de candidaturas;
- Que as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente, conforme o disposto pelo n.º 5 do artigo 14.º e n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, estando o mesmo limitado pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

Atividades Pontuais:

REGISTO	ENTIDADE	OBJETIVO	NIF	PONTOS	PROPOSTA
E.8742.2017	Clube Atletismo Mª Grande	Convívio Atletismo 1º Ciclo	503912530	29,8	Admitir

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abstermo-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

51. Análise, classificação e proposta de admissão de candidaturas relativas a 2018 - Desporto - Grupo Desportivo Casa Águia Competição - 11º Open/28º Concurso pesca desportiva

138 - Presente informação n.º I/311/2018 da DCD, datada de 02 de fevereiro de 2018, bem como o relatório da Comissão de Avaliação de Candidaturas nomeada através do despacho do Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande n.º 523/2017, datado de 14 de novembro de 2017, relativa à proposta de admissão e exclusão de candidaturas nos termos do artigo 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por regulamento.

Considerando:

- Que foi rececionada a seguinte candidatura apoios a projetos de carácter desportivo, que cumpre os requisitos definidos nos artºs 5º, 6º, 7º, 9º, 11º e 12º do Regulamento.

Atividades Anuais

REGISTO	DATA DE ENTRADA	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	TIPO
E.9633.A.2017	23/10/2017	Grupo Desportivo Casa Águia	505233959	11º OPEN/28º Conc. Pesca Desportiva	Pontual

- Que nos termos do n.º 1, n.º 2 e n.º 4 do artigo 14.º do regulamento, a avaliação de candidaturas é efetuada por uma comissão designada por despacho do Presidente da Câmara Municipal, cabendo à Câmara Municipal a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas, mediante a apresentação de relatório e proposta fundamentada pela comissão de apreciação de candidaturas.
- Que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos.
- Que a classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder, conforme definido no n.º 4 e 5 do artigo 13.º do regulamento.
- O relatório, grelhas de pontuação e respetiva proposta de admissão em anexo da Comissão de apreciação de candidaturas;
- Que as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente, conforme o disposto pelo n.º 5 do artigo 14.º e n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, estando o mesmo limitado pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

Atividades Pontuais:

REGISTO	ENTIDADE	OBJETIVO	NIF	PONTOS	PROPOSTA
E.9633.A.2017	Grupo Desportivo Casa Águia	11º OPEN/28º Conc. Pesca Desportiva	505233959	33,2	Admitir

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio

(cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.

A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abstermo-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

52. Análise, classificação e proposta de admissão de candidatura relativa a 2018 - Desporto - Grupo Desportivo Casa Águia Competição - Campeonato Mundial de pesca de mar

139 - Presente informação n.º I/310/2018 da DCD, datada de 02 de fevereiro de 2018, bem como o relatório da Comissão de Avaliação de Candidaturas nomeada através do despacho do Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande n.º 523/2017, datado de 14 de novembro de 2017, relativa à proposta de admissão e exclusão de candidaturas nos termos do artigo 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por regulamento.

Considerando:

- Que foi rececionada a seguinte candidatura para apoio a projetos de carácter desportivo que cumpre os requisitos definidos nos artºs 5º, 6º, 7º, 9º, 11º e 12º do Regulamento.

Atividades Anuais

REGISTO	DATA DE ENTRADA	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	TIPO
E.11286.2017	18/12/2017	Grupo Desportivo Casa Águia	505233959	Campeonato Mundial de Pesca de Mar	Pontual

- Que nos termos do n.º 1, n.º 2 e n.º 4 do artigo 14.º do regulamento, a avaliação de candidaturas é efetuada por uma comissão designada por despacho do Presidente da Câmara Municipal, cabendo à Câmara Municipal a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas, mediante a apresentação de relatório e proposta fundamentada pela comissão de apreciação de candidaturas.
- Que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos.
- Que a classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder, conforme definido no n.º 4 e 5 do artigo 13.º do regulamento.
- O relatório, grelhas de pontuação e respetiva proposta de admissão em anexo da Comissão de apreciação de candidaturas;
- Que as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente, conforme o disposto pelo n.º 5 do artigo 14.º e n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, estando o mesmo limitado pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

Atividades Pontuais:

REGISTO	ENTIDADE	OBJETIVO	NIF	PONTOS	PROPOSTA
E.11286.2017	Grupo Desportivo Casa Águia	Campeonato Mundial de Pesca de Mar	505233959	28,8	Admitir

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de

pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abstermo-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

53. Análise, classificação e proposta de admissão de candidaturas relativas a 2018 - Desporto - Industrial Desportivo Vieirense - Corrida da praia

140 - Presente informação n.º I/313/2018 da DCD, datada de 02 de fevereiro de 2018, bem como o relatório da Comissão de Avaliação de Candidaturas nomeada através do despacho do Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande n.º 523/2017, datado de 14 de novembro de 2017, relativa à proposta de admissão e exclusão de candidaturas nos termos do artigo 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por regulamento.

Considerando:

- Que foi rececionada a seguinte candidatura a apoios a projetos de carácter desportivo, que cumpre os requisitos definidos nos artºs 5º, 6º, 7º, 9º, 11º e 12º do Regulamento.

Atividades Anuais

REGISTO	DATA DE ENTRADA	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	TIPO
E.68.2018	08/01/2018	Industrial Desportivo Vieirense	501254242	Corrida da Praia	Pontual

- Que nos termos do n.º 1, n.º 2 e n.º 4 do artigo 14.º do regulamento, a avaliação de candidaturas é efetuada por uma comissão designada por despacho do Presidente da Câmara Municipal, cabendo à Câmara Municipal a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas, mediante a apresentação de relatório e proposta fundamentada pela comissão de apreciação de candidaturas.
- Que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos.
- Que a classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder, conforme definido no n.º 4 e 5 do artigo 13.º do regulamento.
- O relatório, grelhas de pontuação e respetiva proposta de admissão em anexo da Comissão de apreciação de candidaturas;
- Que as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente, conforme o disposto pelo n.º 5 do artigo 14.º e n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, estando o mesmo limitado pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

Atividades Pontuais:

REGISTO	ENTIDADE	OBJETIVO	NIF	PONTOS	PROPOSTA
E.68.2018	Industrial Desportivo Viegense	Corrida da Praia	501254242	30,4	Admitir

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abstermo-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

54. Exclusão da candidatura do Grupo Desportivo Casa Águia - Pesca de competição - Audiência prévia - Apreciação de alegações e proposta de exclusão definitiva

141 - Presente deliberação desta Câmara Municipal tomada em reunião de 26 de janeiro de 2017, que apreciou a candidatura Grupo Desportivo Casa Águia, com vista à obtenção de apoio ao desenvolvimento de atividades de pesca de competição, que consistem, em síntese, na participação de atletas do Grupo em provas oficiais da Federação Portuguesa de Pesca desportiva em todo o País, na qual foi determinada a realização de audiência prévia da entidade interessada, sobre a sua intenção de exclusão da candidatura, com os fundamentos nela explanados.

Presente notificação de audiência prévia efetuada por ofício S/457/2017 de 8 de fevereiro de 2017

Presentes alegações apresentadas pela entidade, com registo de entrada E/2038/2017, em 22 de fevereiro de 2017.

Presente informação n.º I/857/2017 da DCD, datada de 28 de março, acompanhada do relatório da Comissão de Apreciação de Candidaturas, que aqui se dá para todos os efeitos, por integralmente reproduzido, em que se propõe a exclusão definitiva do pedido de apoio do Grupo Desportivo Casa Águia, apresentado e registado com o n.º E/8385/2016, de 26 de janeiro de 2016, nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, com os seguintes fundamentos;

- Que não deve pronunciar-se sobre candidaturas e as correspondentes avaliações obtidas em anos anteriores, apresentadas por este Grupo Desportivo;

- Que a informação e conteúdo das candidaturas apresentadas são avaliados objetivamente, em função do que ali é descrito, de facto, e tendo por referência os critérios estabelecidos em regulamento municipal, não permitindo interpretações que não as que decorram da observação estrita dos condicionalismos referidos;
- Que não foram acrescentados outros argumentos ou informação mais detalhada suscetível de valorizar a candidatura e alterar a pontuação atribuída, antes se mantendo o seu teor generalista;
- Manter a avaliação proposta de 13 pontos e, por consequência, a proposta de exclusão definitiva da candidatura do Grupo Desportivo Casa Águia, fundamentada nos pressupostos acima descritos e por não terem sido apresentadas quaisquer alegações/alterações que pudessem dar lugar a outra proposta de decisão.

A Câmara Municipal analisou e concordando com os fundamentos de facto e de direito expostos naquele relatório e informação delibera, ao abrigo do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, determinar a exclusão definitiva da candidatura apresentada pela entidade requerente.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.

A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abstermo-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

55. Retificação de deliberação nº 67 de 13 de novembro de 2017 relativa à atribuição de apoio financeiro ao 8º Grande Prémio de Atletismo “10kms da Amieirinha” promovido pelo Clube Recreativo Amieirinhense

142 - Na deliberação desta Câmara Municipal, tomada em reunião de 13 de novembro de 2017, foram admitidas várias candidaturas à obtenção de apoios do Município, na área do desporto, nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, entre as quais, a candidatura do Clube Recreativo Amieirinhense, na qual a entidade solicitava apoio, com carácter pontual, para realização do 8º Grande Prémio de Atletismo “10 Kms da Amieirinha”, com fundamento na alínea u) do nº 1 do art.º 33 da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

Sucedde, porém, que nessa deliberação foi verificado um erro material na expressão da vontade deste órgão, dada a incorreção do número de registo de entrada -E/8207/2017- mencionado na informação técnica relativa a esta candidatura, sendo que o registo de entrada a considerar, efetivamente é o E/8935/2017.

Nestes termos, a Câmara Municipal delibera, ao abrigo do previsto no art.º 174.º do CPA- Código do Procedimento Administrativo, retificar aquele erro na expressão da sua vontade, com efeitos retroativos à data daquela mesma deliberação, sendo aquela candidatura, do Clube Recreativo Amieirinhense, com o registo de entrada E/8935/2017, admitida e ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente,

Atividades Pontuais

REGISTO	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	PONTOS	PROPOSTA
E/8935/2017	Clube Recreativo Amieirinhense	501163980	8º Grande Prémio de Atletismo “10Kms Amieirinha”	35,6	Admitir

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda

com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.

A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abstermo-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

56. Análise, classificação e proposta de admissão de candidatura do Industrial Desportivo Viegrense – Renovação da relva sintética no campo Nº 1 e criação de novos campos de futebol de 7, de 5 e “Bambis”

143 - Presente informação I/266/2018 da DCD, datada de 30 de janeiro, bem como o relatório da Comissão de Avaliação de Candidaturas nomeada através do despacho do Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande n.º 523/2017, datado de 14 de novembro de 2017, relativa à proposta de admissão e exclusão de candidaturas nos termos do artigo 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por Regulamento.

Considerando:

- Que foi rececionada a seguinte candidatura para apoio a projetos de carácter desportivo:

Infraestruturas

REGISTO	DATA DE ENTRADA	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	TIPO
E/11285/2017	29/09/2017	Industrial Desportivo Viegrense	501254242	Renovação de Relva Sintética no campo nº1 e novos campos de futebol de 7, de 5 e “Bambis”	Infraestruturas

- Que nos termos do n.º 1, n.º 2 e n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento, a avaliação de candidaturas é efetuada por uma comissão designada por despacho do Presidente da Câmara Municipal, cabendo à Câmara Municipal a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas, mediante a apresentação de relatório e proposta fundamentada pela comissão de apreciação de candidaturas.
- Que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do Regulamento, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos.
- Que a classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder, conforme definido no n.º 4 e 5 do artigo 13.º do Regulamento.
- O teor do relatório, grelhas de pontuação e respetiva proposta de admissão em anexo da Comissão de apreciação de candidaturas;
- Que as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente, conforme o disposto pelo n.º 5 do artigo 14.º e n.º 1 do artigo 15.º do Regulamento, estando o mesmo limitado pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.
- Que a entidade submeteu, tal como determina o Regulamento Municipal, o necessário pedido de licenciamento, junto da Câmara Municipal, das obras de alteração do campo de futebol de 11 e de construção de campos de futebol de 7, de 5 e “Bambis”.
- Que este pedido foi deferido em reunião de Câmara realizada a 22 de setembro de 2017, tendo ficado condicionado “ *à apresentação, no prazo de seis meses, a contar da data da notificação da presente deliberação, nos termos do disposto no nº 4 do artº 20 do RJUE, dos projetos de especialidade aplicáveis*”, nomeadamente:
 1. *Peças escritas e caracterizadoras dos materiais a utilizar assim como os sistemas construtivos;*
 2. *Projeto de rede de rega;*
 3. *Plano de acessibilidades*
 4. *Regulamento de segurança e de utilização dos espaços de acesso público”*
- Que a entidade, a par da presente candidatura, solicitou ainda apoios financeiros junto da Federação Portuguesa de Futebol e da Associação de Futebol de Leiria;
- Que o Regulamento não prevê a admissão condicionada de candidaturas a apoios, sendo a Câmara Municipal o órgão competente para a tomada de decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas, em função da classificação final obtida em sede de avaliação;

A Câmara Municipal analisou e delibera ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, que fica selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente, os quais ficarão, no entanto, condicionados à prévia obtenção do licenciamento final das operações urbanísticas candidatas e a realizar.

Infraestruturas

REGISTO	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	PONTOS	PROPOSTA
E/11285/2017	Industrial Desportivo Viegrense	501254242	Renovação de Relva Sintética no campo nº1 e novos campos de futebol de 7, de 5 e "Bambis"	33,2	Admitir

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro, que proferiram a seguinte declaração de voto:

"A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita "a revisão do processo de atribuição de subsídios..."

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio.

A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abstermo-nos nesta votação."

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

EDUCAÇÃO E JUVENTUDE

57. Protocolo de cedência de utilização da “Oficina da Música”

Presente a seguinte proposta:

“Considerando que a infância e juventude têm merecido especial atenção deste Município e que é do interesse municipal apoiar o desenvolvimento de atividades complementares ao ensino básico, que promovam e estimulem a criatividade, a sensibilidade musical, a diversidade cultural e o contacto das nossas camadas mais jovens com a música tradicional portuguesa e seus instrumentos;

Considerando que a Associação Tocándar, fundada no ano de 2000 e sediada na Marinha Grande, tem como principais objetivos proporcionar contacto com aspetos essenciais do nosso património cultural, nomeadamente na área da música tradicional e da expressão corporal, contribuir para a educação estética, no quadro dos ritmos tradicionais portugueses, para a educação do sentido rítmico e tímbrico, para a fruição saudável dos tempos livres, criar condições para a concretização de situações de autoconfiança e prazer e criar condições para o desenvolvimento de trabalho cooperado nas crianças e jovens;

Considerando que se reveste de interesse municipal a colaboração no apoio aos projetos desenvolvidos pelo Tocándar - Grupo de Percussão, cujo contributo tem sido fundamental para a ligação das nossas crianças e jovens às suas atividades criativas, formativas, lúdicas e culturais e para a projeção do nome do concelho da Marinha Grande pelos vários locais do país e do estrangeiro, onde atuam e exibem o seu trabalho.

Considerando que a Associação Tocándar não tem instalações próprias tendo vindo, ao longo dos últimos anos, a desenvolver as suas atividades em instalações precárias cedidas pela Câmara Municipal;

Considerando que o Município dispõe agora de novas instalações planeadas e construídas, especificamente, para atividades pedagógicas e artísticas de âmbito musical, de carácter formativo e experimental - a “Oficina da Música”;

Assim, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 33.º, n.º 1, alínea ee), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a cedência de utilização da “Oficina da Música” à Associação Tocándar (NIPC 504934562), nos termos constantes da minuta do Protocolo de Cedência de Utilização da “Oficina da Música”, que igualmente aprova e fica anexa e se dá por integralmente reproduzida.”

A proposta mereceu o seguinte comentário:

Os **Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro**, levantaram o problema da documentação que consta no processo. Só foi distribuído um documento que se designa por protocolo, e depois de terem ido consultar o processo depararam-se unicamente com o mesmo documento. Consideram inadmissível que o processo venha à Câmara sem qualquer informação interna que o sustente, o compromisso financeiro que ele implica e o seu valor. Em face desta situação entenderam que não estavam munidos da informação necessária para poderem votar.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** questionou se foram acolhidas as propostas do Tocándar, uma vez que nada consta do processo.

A **Sr.ª Vereadora Célia Guerra** informou que grande parte das propostas do Tocándar foram acolhidas, mas não todas.

Face à argumentação dos Srs. Vereadores, a Sr.ª Presidente entendeu retirar o ponto e reagendá-lo para apreciação em reunião posterior.

58. Protocolo de parceria para o funcionamento da Orquestra Juvenil e da Big Band da Marinha Grande

À semelhança do ponto anterior, os **Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro**, levantaram o problema da documentação que consta no processo. Só foi distribuído um documento que se designa por protocolo, e depois de terem ido consultar o processo depararam-se unicamente com o mesmo documento. Consideram inadmissível que o processo venha à Câmara sem qualquer informação interna que o sustente, o compromisso financeiro que ele implica e o seu valor. Em face desta situação entenderam que não estavam munidos da informação necessária para poderem votar.

As **Sr.ªs Vereadoras da CDU, Alexandra Dengucho e Lara Lino**, disseram que estavam disponíveis para votar este ponto.

Então a **Sr.ª Presidente** colocou a votação a proposta aqui presente.

A **Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro** declarou que os Vereadores do MpM não vão votar porque o processo não está devidamente instruído para a tomada de decisão.

Aquilo que constata é que esta é uma situação de falta de legalidade, e como tal entendem que não há condições para a tomada de decisão de forma livre e consciente.

Referiu ainda que apesar de invocarem a deficiente instrução do processo, e depois de terem dado nota de que as suas deficiências deviam ser supridas antes de chegarem ao órgão executivo, a **Sr.ª Presidente** insistiu na votação do ponto, adotando um critério diferente do que adotou no ponto anterior, que retirou.

A **Sr.ª Presidente** explicou que este assunto é diferente, uma vez que terá que ser presente à próxima Assembleia Municipal.

Os **Srs. Vereadores do MpM** insistiram dizendo que não têm condições para votar este ponto de forma consciente, até porque estão em causa decisões com impacto financeiro, que envolvem responsabilidade financeira e responsabilidade criminal.

Seguidamente, a Sr.ª Presidente colocou a votação a seguinte proposta:

144 - Presente Protocolo de Parceria para o funcionamento da Orquestra Juvenil e da Big Band da Marinha Grande.

Considerando que:

- a) A criação e funcionamento da Orquestra Juvenil é um projeto comum do Município e da Freguesia da Marinha Grande;
- b) A manutenção da parceria traduz-se na articulação entre as duas autarquias no quadro das respetivas atribuições, ao abrigo do disposto nos artigos 7.º, n.º 1 e n.º 2, alínea d) e 23.º, n.º 1 e n.º 2, alíneas e) e f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- c) A Orquestra Juvenil desempenha funções de natureza educativa e cultural de indiscutível interesse público local;
- d) A Orquestra Juvenil e a Big Band devem continuar as suas atividades, reforçando-se a exibição pública das suas performances nos espaços culturais do concelho;

Assim, a Câmara Municipal delibera, de acordo com os artigos 25.º, n.º 1, alínea j) e 33.º, n.º 1, alínea ccc), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de

12 de setembro, aprovar o Protocolo de Parceria para o funcionamento da Orquestra Juvenil da Marinha Grande, que se dá por integralmente reproduzido e fica anexo (Anexo 2) e submete-lo a apreciação e aprovação da Assembleia Municipal.

A presente deliberação foi aprovada com 5 votos a favor e em minuta.

Os Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro, declararam que não votavam esta proposta por entenderem que está em falta uma informação técnica.

A recusa de deliberar sobre o ponto da ordem do dia pelos referidos membros da Câmara Municipal deve considerar-se como abstenção (Vide Parecer da ANMP Ref. OFI: 1323/2007 – LR).

A Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro solicitou à Sr.ª Presidente o acesso a todo o processo, com todos os antecedentes, para consulta ainda hoje, durante a reunião.

A Sr.ª Presidente facultou à Sr.ª Vereadora os documentos que constam do processo.

Tendo em consideração que os Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro, tinham referido que pretendiam fazer uma declaração de voto, tendo solicitado o mesmo regime de exceção concedido anteriormente às Sr.ªs Vereadoras da CDU, e considerando que a Sr.ª Presidente atendeu, excecionalmente, a esse pedido, passa-se a reproduzir o conteúdo da declaração de voto recebida no dia 26/02/2018:

“Qualquer processo administrativo que seja submetido a apreciação e votação do órgão executivo - Câmara Municipal - deve ser instruído com todos os documentos instrutórios que se revelem necessários à compreensão do pedido formulado, do seu enquadramento jurídico e da proposta de decisão que é formulada, devidamente fundamentada em matéria de facto e de direito.

Isto pressupõe, sempre, que os serviços técnicos municipais, com competência nas respetivas matérias a decidir, devem analisar o pedido, as provas/documentação apresentada e formular uma proposta de decisão que contenha o devido enquadramento legal. Estes procedimentos instrutórios encontram-se previstos no CPA-Código do Procedimento Administrativo.

*No art.º 58.º do CPA, estabelece-se, precisamente, que o responsável pela direção do procedimento e quaisquer outros que participem na instrução podem, mesmo que o procedimento seja instaurado por iniciativa dos interessados, proceder a quaisquer diligências que se revelem adequadas e necessárias à **preparação de uma decisão legal e justa**, ainda que respeitantes a matérias não mencionadas nos requerimentos ou nas respostas dos interessados.*

*No art.º 115.º do mesmo CPA estabelece-se também que o responsável pela direção do procedimento deve procurar averiguar todos os factos **cujo conhecimento seja adequado e necessário à tomada de uma decisão legal e justa dentro de prazo razoável**, podendo, para o efeito, recorrer a todos os meios de prova admitidos em direito.*

No n.º 2 do art.º 53.º da Lei n.º 75/2013 (Regime Jurídico das Autarquias Locais) dispõe-se que a ordem do dia enviada a todos os membros do órgão executivo é acompanhada da documentação relativa a cada um dos assuntos incluídos na mesma.

Ora o que se sucedera, neste ponto, não foi isto. Relativamente a este processo registe-se que o mesmo não veio instruído com qualquer documentação. Apenas foi apresentada uma minuta de deliberação (que como todos sabemos é uma minuta de deliberação não é um

processo) sem ser subscrita por absolutamente alguém, à qual se anexou um texto, designado por protocolo, que, de acordo com a cláusula 4.ª previa um compromisso da Câmara Municipal em suportar 75% dos custos correspondentes aos monitores da Orquestra Juvenil e outras despesas de funcionamento no valor anual de 26.985,00€.

Desconhece-se, portanto, os antecedentes do processo, o que o motivou, os fundamentos e enquadramento para a sua concretização. Não nos foi facultada, no prazo legal, qualquer outra informação, nem quanto ao enquadramento legal e financeiro do protocolo. Também não nos foi facultado qualquer parecer do segundo outorgante. Há uma deficiente instrução do processo administrativo, isto é, com a falta de apreciação e de fundamentação técnica e/ou jurídica da proposta.

Aquilo que se constata é que indiscutivelmente esta é uma situação de falta de legalidade, pois as decisões têm de ser legais e justas mas tomadas de forma livre, consciente e informada pelos eleitos e, como se constata pelo exposto, não há condições para isso.

Depois de invocarmos precisamente a deficiente instrução do processo, de dar a indicação de que as suas deficiências deviam ser supridas antes de chegarem ao órgão executivo, tendo a senhora presidente insistido em votar o ponto, damos nota de que não temos condições para votar este ponto de forma livre e consciente. Este aspeto é de fundamental importância, veja-se: estão em causa decisões com impacto financeiro, as quais envolvem responsabilidade financeira e responsabilidade criminal, à luz dos princípios da transparência e de legalidade que enformam a coerência do nosso sistema jurídico vigente.

Por essa razão entendemos não votar

Marinha Grande, 20 de Fevereiro de 2018

Os Vereadores

Aurélio Ferreira

Ana Alves Monteiro”

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

E nada mais havendo a tratar, a Sr.ª Presidente encerrou a reunião eram 19:50 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A Presidente da Câmara Municipal,

A Secretária da reunião,